

Relatório Gerencial e Demonstrações Financeiras

**4º Trimestre
de 2019**

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2020 – O Banco Inter S.A. (B3: BIDI11), anuncia hoje os resultados financeiros do 4º trimestre de 2019. As informações financeiras, exceto quando ressaltadas de forma diferente, são apresentadas em milhões de reais, de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas, em BACEN GAAP.

Principais Destaques

- Superamos a marca de **4 milhões de contas digitais**, crescimento de 180% em 2019, com mais de **13 mil novas contas por dia útil** em dezembro de 2019;
- Apresentamos **lucro líquido de R\$ 81,6 milhões** em 2019 e **R\$ 24,7 milhões** no trimestre, crescimento de 16,8% frente a 2018 e 109,1% em relação ao 3T19;
- Alcançamos **R\$ 1,0 bilhão em receitas totais**¹ em 2019 e **R\$ 322,9 milhões** no 4T19, crescimento de 39,8% quando comparado à 2018 e de 51,8% frente ao 4T18;
- Atingimos **R\$ 213,3 milhões em receitas de serviços**² em 2019 e R\$ 74,3 milhões no 4T19. No 4T19 as receitas de serviços representaram **30,4% das receitas líquidas totais**³;
- Ultrapassamos a marca de **R\$ 2,1 bilhões em depósitos à vista**, crescimento anual de **238%, superior ao crescimento do número de contas**, o que representa um aumento no saldo médio de depósito por cliente;
- Alcançamos **425 mil** clientes ativos na **Plataforma Aberta Inter (PAI)** no 4T19, crescimento de **269% YoY**, superando **10%** da nossa base de clientes, frente a uma penetração de 8% no mesmo período do ano passado;
- Fechamos 2019 com **R\$ 16,6 bilhões** em ativos sob custódia (AuC), crescimento anual de 143%;
- Apresentamos queda de **37,3%** no **Custo de Servir** por cliente (representado pelo Opex por cliente⁴) quando comparado ao 4T18, atingindo **R\$169** no 4T19;
- Observamos redução do **Índice de Eficiência** pelo quarto trimestre consecutivo, chegando a **71,1%** no 4T19, contra 75,2% no trimestre anterior;
- Reduzimos **17,2 p.p. YoY** em nosso custo de captação, que chegou a **64,8% do CDI**;
- Atingimos a marca de **R\$ 5,1 bilhões** na carteira de crédito ampliada, crescimento anual de **51,6%**;
- Lançamos o nosso **Super App** em novembro de 2019 e, até o final do ano, somamos **R\$ 34 milhões** em transações de serviços e produtos não financeiros em nossa plataforma.

¹Receitas totais = receitas da intermediação financeira + receitas de prestação de serviços + outras receitas operacionais;

²Inclui acordo operacional ligado à prestação de serviços, receitas de remessas de câmbio e receitas financeiras de floating

³Receitas líquidas totais= NII + Receitas de Serviços;

⁴Opex por cliente anualizado = (Despesas administrativas + despesas de pessoal + outras despesas operacionais) do trimestre * 4 ÷ número de contas digitais.

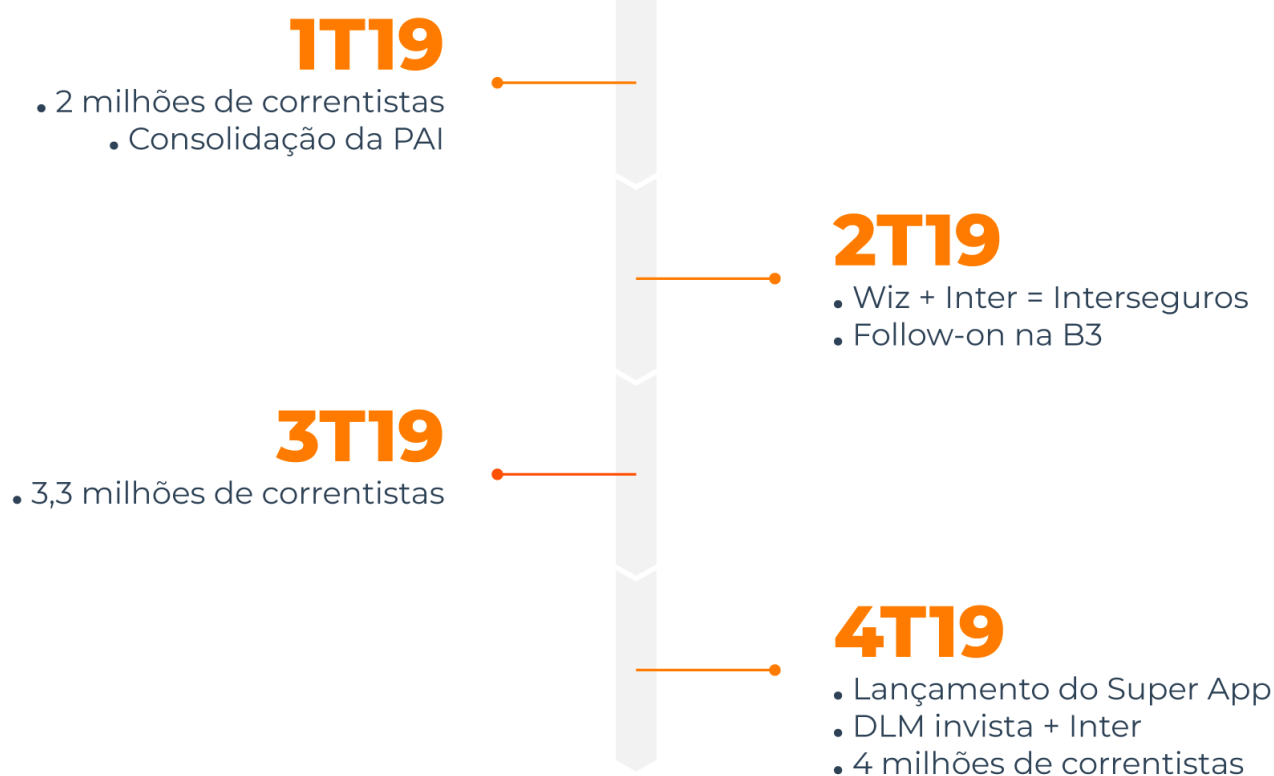
Carta aos acionistas

NOSSO 2019

Encerramos mais um ano recheado de **grandes entregas**.

2019 foi o ano que vimos a **Plataforma Aberta Inter (PAI)** se consolidar. Com mais de 70 fundos na plataforma, cerca de 30 opções diárias de investimentos em renda fixa e um home broker gratuito, atingimos a média de 65 mil transações por dia realizadas por mais de 425 mil clientes.

Também foi o ano em que realizamos nossas primeiras transações de M&A, com a venda de 40% da Inter Seguros para a **Wiz** e com a compra de 70% da **DLM Invista**. Ambas transações nos dão mais robustez em processos, pessoas e conhecimento técnico para continuar explorando as diferentes verticais que o Inter atua.



BANCO INTER 2.0

Em 2019 nos propomos a **evoluir o conceito de Banco Digital**.

Combinamos uma plataforma completa de serviços financeiros com uma oferta de produtos não bancários através de um **Super App**, lançado em novembro de 2019. Assim, com o **Banco Inter 2.0** nos tornamos muito mais que um banco e muito mais que um app.

Inspirados pelo livro “The Business of Platforms” escrito pelos autores Michael A. Cusumano, professor do MIT, Annabelle Gawer e David B. Yoffie, percebemos que um Banco Digital combina todas as características de uma plataforma transacional. A partir dele combinamos **recorrência, engajamento, pagamentos e crédito**. Logo, por que usar nossa plataforma somente para oferecer serviços financeiros? Por que não **ampliar o poder** desta plataforma?

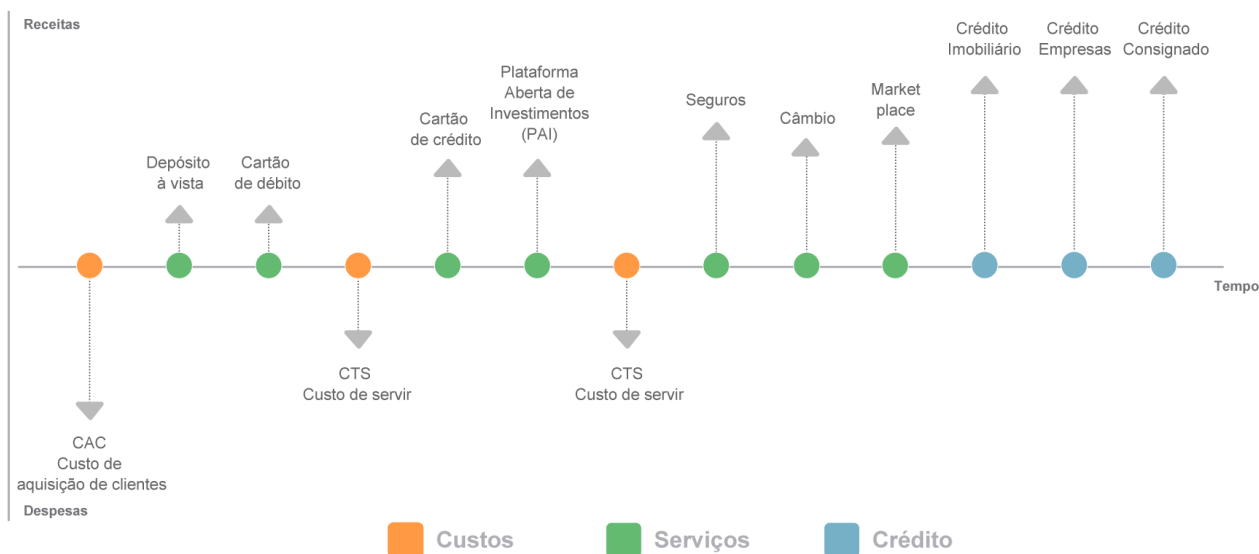
Com o Banco Inter 2.0, buscamos ser uma plataforma de distribuição de serviços financeiros e não financeiros, além de oferecer mais vantagens e conveniência aos nossos clientes. Através dessa comodidade, espera-se que tenhamos também um **aumento de engajamento e geração de receitas**.

Com a consciência de que temos um grande desafio pela frente, estamos convictos que o **Marketplace** é a nossa nova grande estratégia e uma das principais vertentes do nosso Super App. As receitas são geradas a cada compra e são fomentadas pela **conveniência e vantagens** oferecidas, como: dados de pagamento já cadastrados nas compras 100% através do app (parcerias end-to-end), cashback em todas as compras, e, no futuro, a possibilidade de limite de crédito exclusivo para consumo em nossa plataforma.

A cada transação concluída nos produtos ofertados em nosso Marketplace, recebemos uma comissão, que chamamos de take rate, reforçando ainda mais a **monetização** de nossos clientes.

O lançamento de novas vertentes, como o Marketplace, nos permite **diversificar nossas receitas**, que, desde o lançamento de nosso banco de varejo, sempre fez parte da estratégia do nosso modelo de negócios.

CAMINHANDO PARA O PONTO DE INFLEXÃO

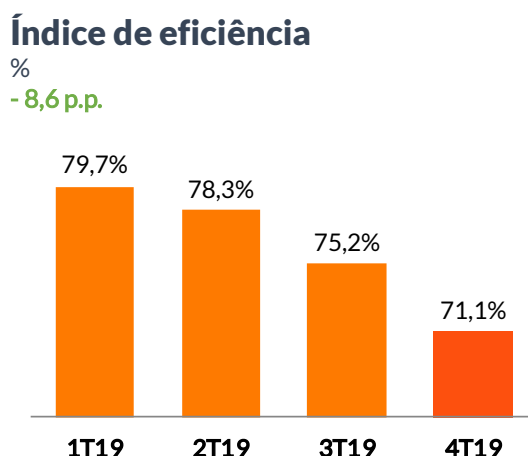


Estamos vivendo uma fase do nosso negócio em que começamos a ver as diversas linhas de receitas da nossa plataforma se materializarem.

O ciclo de adição de novos clientes traz consigo uma série de despesas de aquisição e de serviço (CTS). Porém a medida em que a base de clientes amadurece e as novas adições representam um percentual menor da base de clientes, podemos notar que estamos num caminho cada vez mais próspero para o aumento das nossas receitas. Esse movimento também é **potencializado com o lançamento de novos produtos**.

Ao final de 2019 estamos vendo alguns sinais de que nosso ponto de inflexão (onde receitas começam a crescer mais que as despesas) está próximo:

1. **Índice de eficiência:** observamos quatro trimestres consecutivos de queda no indicador;
2. **Custo de Servir:** observamos queda de 37,3% na comparação anual;
3. **Receita por cliente (ARPU):** apresentou alta na comparação trimestral.



CRESCIMENTO COM PROPÓSITO

Quando definimos nosso modelo de negócios em 2015, sabíamos que ele geraria **impactos positivos para a sociedade**, principalmente pela vertical de inclusão financeira. Em 2019, já com escala e com o modelo comprovado, e cientes do aumento na responsabilidade perante a sociedade, decidimos medir e atuar sobre os pilares **ESG** (do inglês: ambiental, social e de governança) associados ao Inter. Criamos nosso Setor de Sustentabilidade Empresarial, que com análises comparativas, pôde demonstrar a ecoeficiência de nosso modelo. Através de uma **escuta aos stakeholders** realizada em 2019, identificamos os **temas materiais** mais relevantes de nossos pilares de sustentabilidade. Assim, além de nossos resultados financeiros e operacionais, apresentamos hoje o **“Relato da Revolução Sustentável”**, que aborda em detalhes estas análises e traz a luz alguns dos próximos passos de nossa Estratégia de Sustentabilidade.

[Clique aqui](#) para acessar o “Relato da Revolução Sustentável”.



Para 2020, esperamos continuar em ritmo acelerado. Mas não queremos crescer por crescer. Nosso objetivo é trazer mais pessoas para um novo conceito de banco, mas, mais do que isso, é fazer com que elas participem ativamente da nossa Revolução Bancária.

Release de Resultados

AUMENTO EQUILIBRADO DA BASE DE CLIENTES COM BAIXO CAC

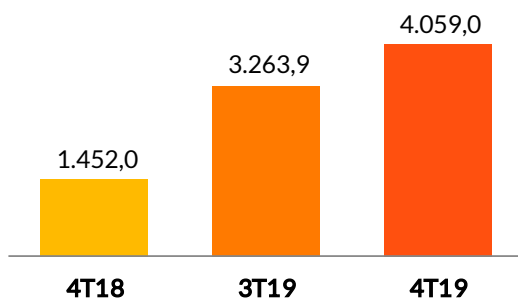
Crescimento

Encerramos o ano de 2019 com 4,1 milhões de contas digitais, número 2,8 vezes maior que o ano anterior.

Contas digitais

Em Milhares

+180% YoY



Foram abertas 807 mil contas no 4T19, recorde de abertura de contas em um trimestre, com crescimento de 95% versus 4T18. Em média, foram abertas 13 mil contas por dia útil no 4T19, volume 1,9 vezes superior ao do mesmo período do ano anterior. Todo esse crescimento foi alcançado mesmo com um custo de aquisição de clientes (CAC) controlado, conforme demonstrado a seguir.

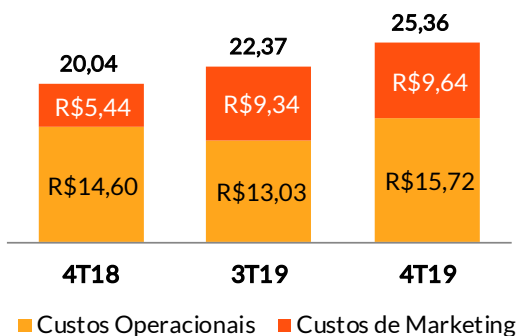
Custo de aquisição de clientes (CAC)

Continuamos com um CAC modesto e controlado. No 4T19, o custo de aquisição de clientes atingiu R\$ 25,36 por cliente e, ao longo de 2019, o CAC médio foi R\$ 22,52. O aumento no CAC reflete principalmente o aumento dos gastos operacionais com sistemas de abertura de conta, como a nova ferramenta de geolocalização, e a emissão e distribuição dos cartões contactless para nossa base de clientes, enquanto as despesas de marketing mantiveram-se estáveis.

Custo de aquisição de clientes

R\$

+26,5% YoY

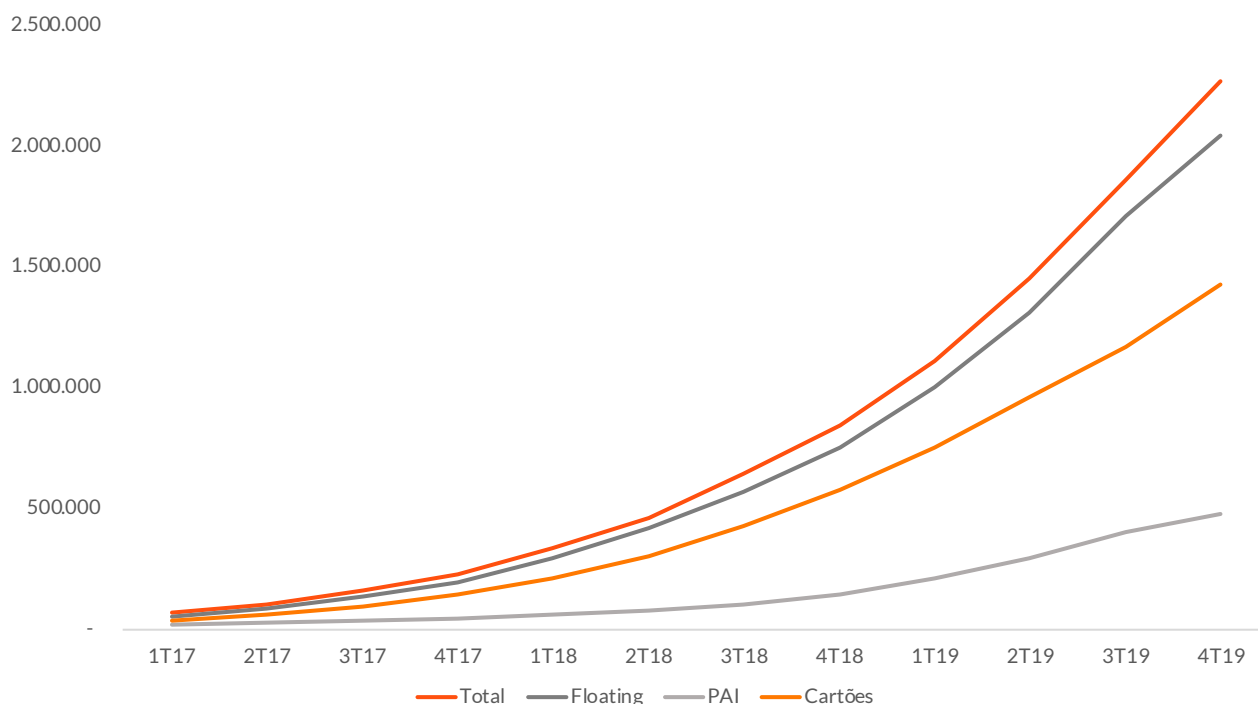


Nosso CAC baixo é reflexo do alto número de promotores. Com NPS em 67 pontos, grande parte da aquisição de novos clientes é baseada em indicações pelos nossos clientes atuais. Clientes conquistados a partir de indicação são muito mais propensos a utilizar a conta, por isso vemos um índice de ativação referência de mercado em todas as nossas safras de clientes.

Ativação e retenção de clientes

A ativação de nossos clientes acompanha o crescimento exponencial da base de clientes. Abaixo mostramos como o perfil de uso de nossos produtos primários também evoluem com o número de clientes, nos permitindo observar a crescente primarização da conta digital.

Clientes ativos por trimestre



Chegamos a 2,3 milhões de clientes ativos⁵ no trimestre, evolução de 169% frente ao mesmo período do ano anterior. Observamos também que ao longo de 2019 **o número de clientes que investem pela PAI apresentou crescimento superior ao crescimento do número de clientes totais do banco em 2019.**

A manutenção de um alto índice de ativação ao longo do tempo mostra o potencial que temos para estreitar e monetizar o relacionamento com nossos clientes. Atribuímos essa constante evolução do índice de atividade à nossa oferta de uma plataforma completa e à nossa agilidade no lançamento de novos produtos e serviços. A tabela abaixo corrobora e quantifica a forte utilização dos nossos serviços e também o baixo churn de nossos clientes.

Destacamos ainda que a cada trimestre vemos a ativação de cada uma das safras aumentando, o que representa um número cada vez mais elevado de clientes gerando receitas para o Inter.

⁵ Clientes que geram receita

Clientes Ativos Por Trimestre		1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Período de Abertura da Conta	Até 4T16	58,6%	61,2%	62,3%	63,2%	63,6%	63,9%	64,0%	64,6%	64,7%	64,4%	64,5%	64,4%
	1T17	43,1%	63,4%	65,9%	67,9%	69,4%	70,1%	70,4%	70,5%	70,9%	71,0%	71,2%	71,2%
	2T17		46,4%	66,3%	68,8%	70,6%	71,7%	72,3%	72,4%	72,8%	72,9%	72,9%	72,9%
	3T17			44,5%	65,3%	67,8%	69,1%	69,9%	70,2%	70,6%	71,0%	71,1%	71,2%
	4T17				45,4%	67,9%	70,1%	70,8%	71,4%	71,9%	72,3%	72,6%	72,7%
	1T18					49,6%	69,0%	70,4%	70,8%	71,4%	71,9%	72,2%	72,3%
	2T18						47,4%	65,9%	67,0%	67,7%	68,4%	68,8%	69,0%
	3T18							44,8%	61,6%	62,8%	63,8%	64,6%	64,9%
	4T18								36,3%	52,3%	54,4%	55,4%	56,1%
	1T19									41,8%	59,2%	60,9%	61,5%
	2T19										40,4%	57,4%	58,7%
	3T19											40,8%	58,1%
	4T19												36,0%

Outra métrica que evolui com o crescimento da ativação de clientes e oferta de produtos é o Cross-Selling Index (CSI), que representa o número médio de produtos consumidos pelos clientes ativos no período. Com base na tabela abaixo, podemos notar que, à medida que os clientes ficam mais maduros, o número médio de produtos consumidos aumenta.

Além disso, observamos também que as safras mais recentes têm consumido mais produtos logo nos primeiros meses de relacionamento com o banco.

CSI Por Trimestre		1T17	2T17	3T17	4T17	1T18	2T18	3T18	4T18	1T19	2T19	3T19	4T19
Período de Abertura da Conta	Até 4T16	1,25	1,28	1,33	1,36	1,37	1,39	1,41	1,42	1,47	1,49	1,51	1,52
	1T17	2,11	2,44	2,56	2,64	2,68	2,72	2,74	2,78	2,97	3,01	3,00	3,01
	2T17		2,20	2,65	2,73	2,74	2,77	2,80	2,84	3,02	3,06	3,06	3,07
	3T17			2,22	2,70	2,72	2,72	2,75	2,79	2,98	3,02	3,01	3,01
	4T17				2,28	2,70	2,74	2,75	2,79	2,98	3,02	3,01	3,02
	1T18					2,28	2,71	2,73	2,76	2,95	2,98	2,97	2,98
	2T18						2,28	2,65	2,68	2,83	2,86	2,85	2,85
	3T18							2,27	2,63	2,78	2,78	2,77	2,77
	4T18								2,30	2,81	2,82	2,77	2,76
	1T19									2,43	2,87	2,86	2,83
	2T19										2,45	2,85	2,84
	3T19											2,47	2,85
	4T19												2,40
Total		1,29	1,43	1,65	1,85	2,02	2,17	2,28	2,38	2,57	2,65	2,68	2,70

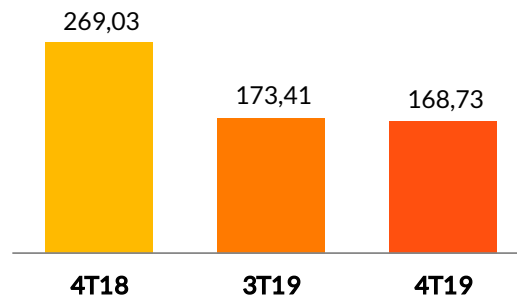
Ressaltamos que reprocessamos os dados de CSI para todo ano de 2019. Notamos que os dados reportados anteriormente não contavam com produtos não financeiros que compõem nosso Marketplace, lançados desde o primeiro trimestre de 2019 como shopping, rotativo digital, gift cards, estacionamentos, além de incluir clientes de câmbio papel moeda, consórcio imobiliário e lançamento de seguros.

BAIXO CUSTO DE SERVIR (CTS)

O custo anual de servir um cliente pode ser medido a partir do opex por cliente⁷. Com nosso modelo de negócios altamente escalável, o custo de servir está apresentando uma trajetória de queda a cada trimestre, e atingiu R\$ 169 anuais no 4T19, 37,3% menor que o de 4T18 e significativamente inferior ao dos bancos tradicionais. A queda deste indicador representa uma tendência positiva para verificarmos maiores retornos no futuro.

Opex por cliente

R\$ ao ano
-37,3% YoY



CRESCIMENTO SERVIÇOS + NOVOS PRODUTOS

Receitas de Floating

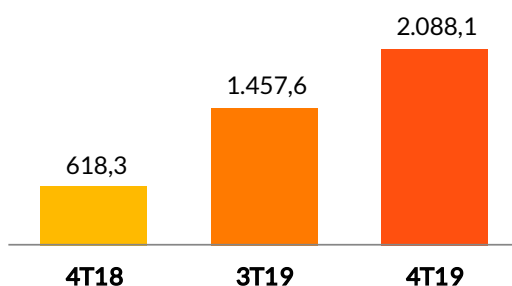
O volume de depósitos à vista atingiu R\$ 2,1 bilhões no 4T19, 238% de crescimento quando comparado ao 4T18 e superior ao crescimento do número de clientes. Tal crescimento também mostra um aumento no saldo médio de depósitos por cliente.

As receitas de floating, após dedução do compulsório, apresentaram crescimento de 190% no 4T19 quando comparado ao 4T18, chegando a R\$ 17,4 milhões. Tal crescimento não acompanha diretamente o ganho no volume de depósitos à vista devido a queda na taxa Selic observada ao longo de 2019.

Além disso, as mais de 218 mil solicitações de portabilidade salarial em 2019, número 3,2 vezes maior que o apresentado em 2018, nos permitem observar a tendência da maior utilização da Conta Digital como a principal conta dos clientes.

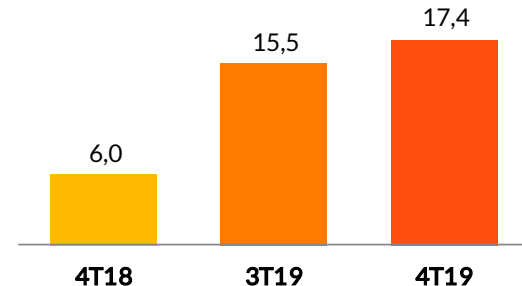
Depósitos à vista

R\$ Milhões
+238% YoY



Receita de floating

R\$ Milhões
+190% YoY



⁷ Opex por cliente anualizado = (Despesas administrativas + despesas de pessoal + outras despesas operacionais) do trimestre * 4 ÷ número de contas digitais.

Plataforma Aberta Inter (PAI)

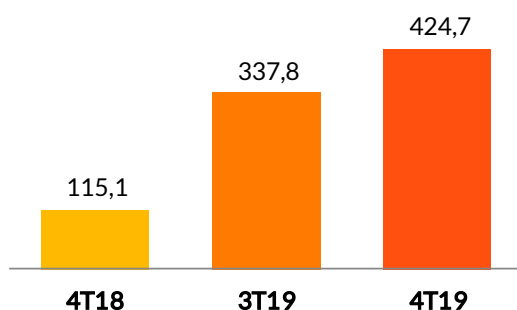
2019 foi o grande ano de consolidação da PAI. Encerramos o ano com cerca de **425 mil clientes investidores**, o que representou um avanço de 269% na comparação anual. Tal crescimento indica um aumento da penetração dos produtos de investimentos frente a base de correntistas. Saltamos de 8% para mais de **10% da base** com pelo menos um tipo de investimento sob nossa custódia. Desses, 99 mil clientes possuíam ações custodiadas no Inter no final de 2019, número 86x maior que em 2018.

Quando analisamos somente os clientes que investem em produtos de terceiros, vemos um crescimento ainda mais relevante, de 1.087% YoY alcançando 153 mil clientes.

Número de investidores

Em Milhares

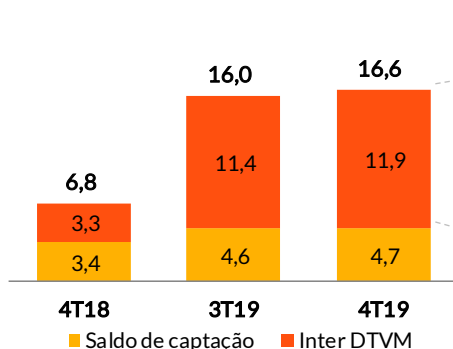
+269% YoY



Recursos sob custódia

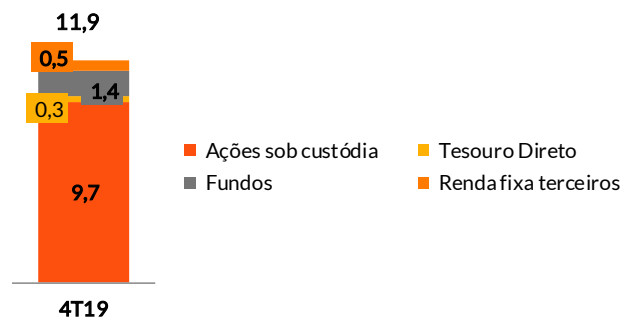
Em Bilhões

+143% YoY



Recursos sob custódia - DTVM

Em Bilhões



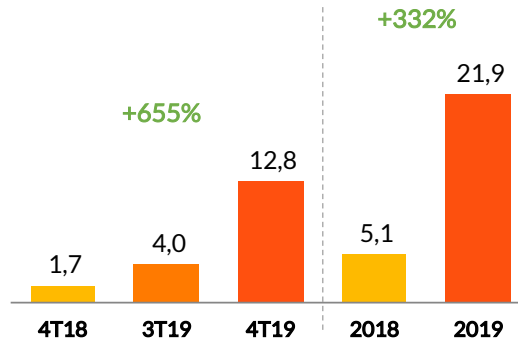
O volume de recursos sob custódia⁸ atingiu R\$ 16,6 bilhões no 4T19. Desse total, R\$ 4,7 bilhões representam o saldo da captação excluindo depósitos à vista, cujo crescimento foi de 34,0% na comparação anual.

Impulsionadas pelo lançamento de três fundos imobiliários na B3 em dezembro, as receitas apresentaram crescimento expressivo de 655% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

⁸ Não considera depósitos à vista

Receitas PAI

R\$ Milhões



Em novembro de 2019 assinamos o Memorando de Entendimento Vinculante para aquisição de 70% de participação societária na DLM Invest. O fechamento definitivo da operação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2020, e, por isso, os resultados da DLM não foram consolidados no ano de 2019.

Inter Marketplace

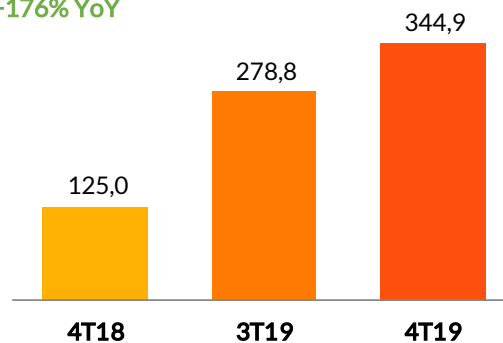
Com o lançamento do Super App em novembro de 2019, nossa oferta de produtos e serviços não financeiros recebeu ainda mais destaque. Observamos o número de clientes ativos no Marketplace crescer 176%, saindo de 125 mil no 4T18 (neste período já disponibilizávamos a recarga de celular, que, hoje, compõe nosso Marketplace) para cerca de 345 mil no 4T19 e o volume transacionado atingir R\$ 34 milhões no 4T19.

Número de clientes ativos

Marketplace

Em Milhares

+176% YoY



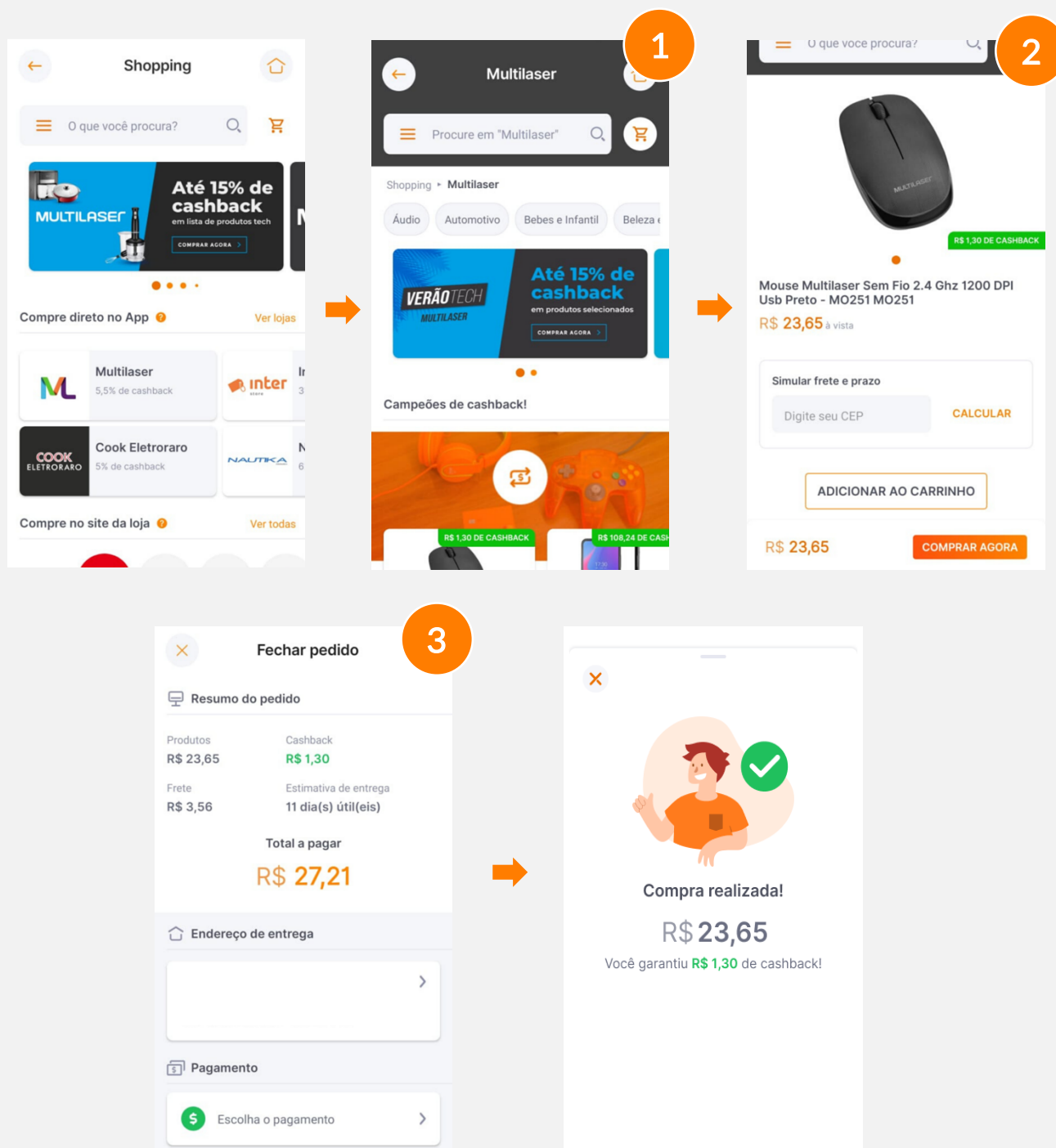
Tal crescimento foi impulsionado pelo lançamento do Shopping, que atingiu cerca de 22 mil clientes ativos no 4T19, e pelo novo layout do Super App, lançado em novembro de 2019.

No shopping, a principal categoria utilizada por nossos clientes é varejo, cerca de 77% do volume transacionado em lojas como Lojas Americanas e Aliexpress, seguida por esportes, e saúde.

Atualmente temos 81 lojas parceiras e, dessas, 11 já operam em parcerias *end-to-end*, onde toda a jornada de compra é feita 100% através do nosso App.

End-to-end: veja como funciona

Nas parcerias *end-to-end* cliente tem todos os dados pessoais e de pagamentos já cadastrados e a compra é finalizada em apenas três etapas:



Clique abaixo para assistir a experiência completa de compra 100% através do Super App

<https://youtu.be/8c72LJQ9d6E>

Interseguros

No 4T19, a Interseguros continuou a implementar seu plano de consolidação de um modelo escalável em nossa plataforma digital e de desenvolvimento do business de bancassurance.

Em dezembro, lançamos dois novos produtos que trazem mais robustez à plataforma digital: Família Tranquila e Residência Tranquila. São produtos de assistências pessoais e para o lar, como auxílio funeral, auxílio PET, chaveiro, eletricista e encanador.

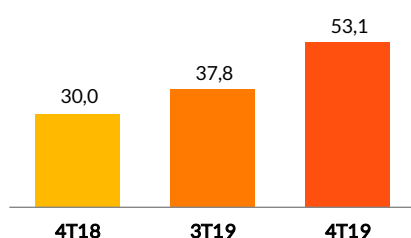
No desenvolvimento do modelo bancassurance, no 4T19 escalamos as penetrações dos seguros Crédito Protegido e Super Habitacional nas linhas de crédito consignado e financiamento habitacional, respectivamente. Estas são operações importantes, que captam para os produtos de seguro nosso potencial de crescimento.

Em breve, lançaremos nossa plataforma de proteção, que consolidará uma nova experiência nas soluções de seguros para nossa base de clientes, o modelo *appassurance*. Nessa oferta contextualizada, os seguros permearão a oferta de outros produtos/serviços dentro do ecossistema do banco.

Chegamos a 53,1 mil clientes ativos em seguros no quarto trimestre de 2019, alta de 77,0% sobre o mesmo período do ano anterior. Esse resultado é fruto da evolução nas vendas e êxito na redução dos percentuais de cancelamento. Combinados, esses dois efeitos resultam em um crescimento mais forte da carteira, o que trará uma recorrência de receita relevante para os próximos períodos. Em termos de prêmio líquido, o resultado foi de R\$ 22,6 milhões, crescimento anual de 35,6%.

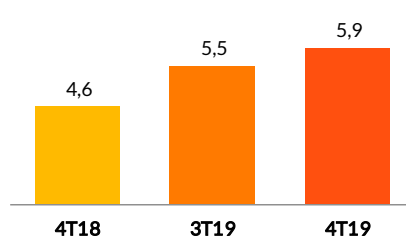
Clientes ativos

Em Milhares
+77,0% YoY



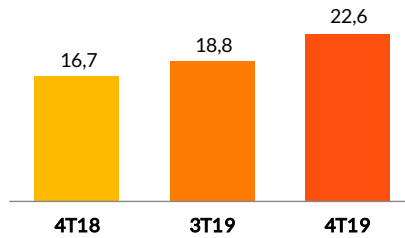
Receitas de seguros

R\$ Milhões
+27,2% YoY



Prêmio líquido

R\$ Milhões
+35,6% YoY



No 4T19⁹, as receitas da Interseguros chegaram a R\$ 5,9 milhões, crescimento de 27,2% comparado ao 4T18. O lucro líquido foi de R\$ 3,2 milhões, apresentando crescimento de 18,1% quando comparado ao 4T18. Esse resultado é decorrente do crescimento apresentado em receita, sendo parcialmente compensado por maiores investimentos em tecnologia e em pessoal.

Resultados	4T19	3T19	Δ QoQ	4T18	Δ YoY
Receitas de seguros	5,9	5,5	7,1%	4,6	27,2%
EBITDA	3,9	3,6	8,0%	3,2	21,0%
Margem EBITDA	70,3%	69,1%	1,2 p.p.	73,5%	-3,2 p.p.
Lucro Líquido	3,2	3,0	6,9%	2,7	18,1%

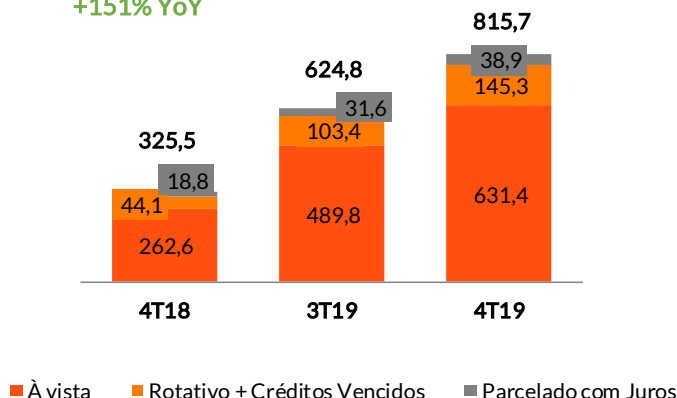
⁹ Resultado Pró-forma de Equivalência Patrimonial. A Wiz passou a constituir o MEP da Interseguros a partir do 3T19.

Cartões múltiplos

A carteira do cartão de crédito no 4T19 atingiu R\$ 815,7 milhões, sendo R\$ 145,3 milhões correspondentes ao crédito rotativo e créditos vencidos e R\$ 38,9 milhões referentes a créditos parcelado com juros, que geram receitas de juros.

Carteira cartão de crédito

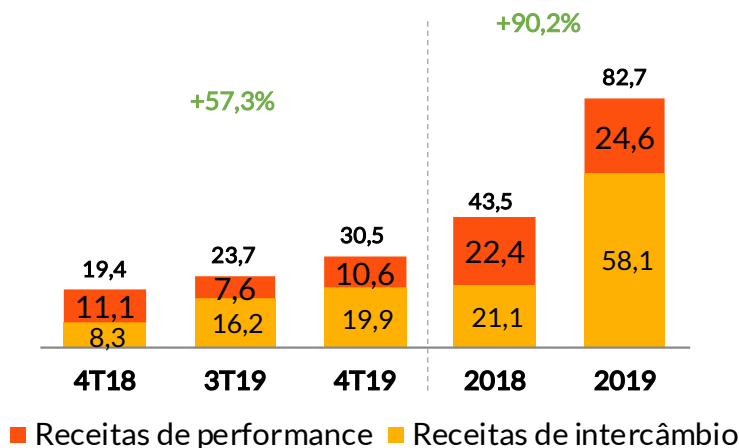
R\$ Milhões
+151% YoY



No 4T19, mais de 1,4 milhão cartões múltiplos foram utilizados, dentre eles, 588 mil na funcionalidade crédito e 1,0 milhão na funcionalidade débito, havendo uma interseção entre eles. O volume transacionado atingiu R\$ 2,9 bilhões, no 4T19, o que representa um aumento expressivo de 114% em comparação ao 4T18. As receitas de performance atingiram R\$ 10,6 milhões no quarto trimestre de 2019, e as receitas de intercâmbio dos cartões totalizaram R\$ 19,9 milhões no 4T19 e R\$ 58,1 milhões em 2019, crescimento de 141% e 176% respectivamente.

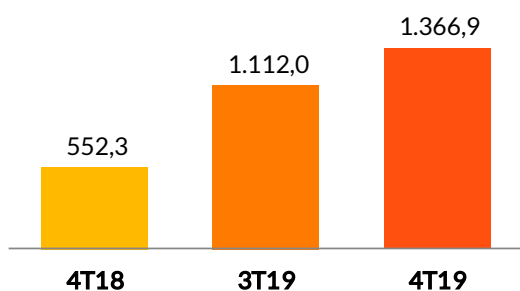
Receitas cartões

R\$ Milhões



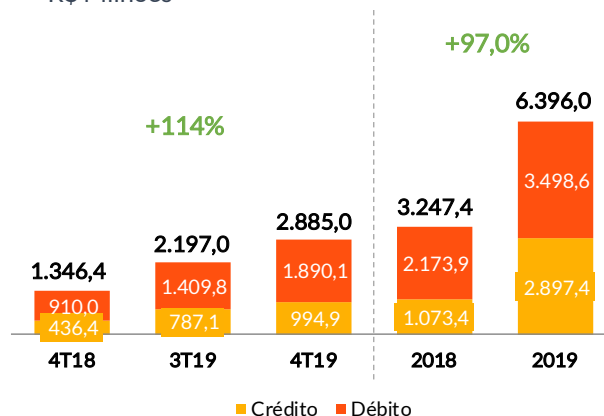
Nº de cartões utilizados

Em Milhares
+148% YoY



Volume transacionado

R\$ Milhões

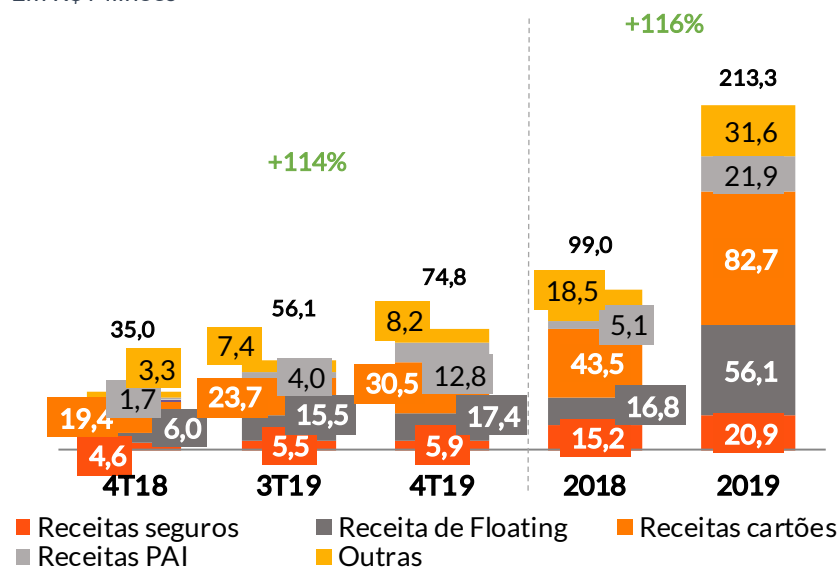


Aumento das receitas de serviços

No 4T19 as receitas de serviços atingiram R\$ 74,8 milhões, totalizando R\$ 213,3 milhões em 2019, crescimento de 114% e 116%, respectivamente. As receitas foram impulsionadas principalmente pelas receitas de intercâmbio, de floating, corretagem de seguros e de operações em bolsa, todas altamente correlacionadas ao crescimento no número de clientes.

Receitas de Prestação de Serviços

Em R\$ Milhões



À medida que crescemos a nossa base de clientes, vemos um crescimento na representatividade das receitas de serviços frente às receitas líquidas totais, medida pela soma do NII e Receitas de Serviços. No 4T19, o índice de receita de serviços por receitas líquidas totais atingiu 30,4%, 7,1 p.p. acima de 4T18 e, em 2019, atingiu 28,3%, incremento de 8,3 p.p. em relação à 2018. Com o padrão de crescimento exponencial na base de clientes que estamos experimentando, as receitas de serviços têm o potencial para apresentar crescimento importante ao longo dos próximos anos.

Com esse resultado, observamos uma receita de serviços média por cliente ativo (ARPU de Serviços) de R\$ 154 e a uma receita de crédito média por cliente ativo (ARPU de Crédito) de R\$ 354, alcançando um ARPU total de R\$ 508 no 4T19.

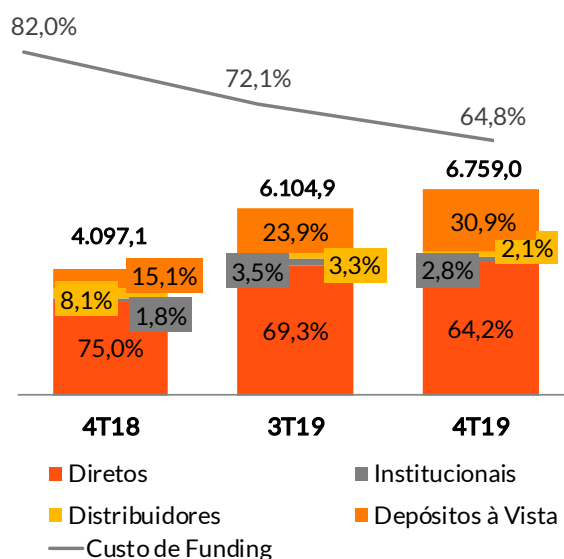
REDUÇÃO DO CUSTO DE FUNDING E CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Redução do Custo de *Funding*

Vimos uma mudança relevante no perfil de *funding* nos últimos anos. Hoje temos uma base de captação fundamentalmente de varejo. O custo de *funding* do Banco Inter reduziu 17,2 p.p. ao longo de doze meses, atingindo 64,8% do CDI. Tal redução pode ser explicada pelo forte crescimento de depósitos à vista frente a nossa captação total.

Custo de Funding

Em % / % do CDI / R\$ Milhões



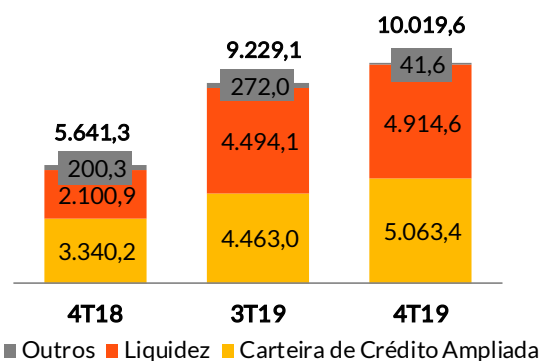
Crescimento Sustentável da Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada¹¹ atingiu R\$ 5,1 bilhões, com crescimento de 51,6% na comparação anual. Do total, a carteira de crédito imobiliário representou 49,7% da carteira de crédito ampliada, seguida pelo crédito consignado, com participação de 19,9%, crédito empresas com 14,3%, e cartão de crédito com 16,1%.

Evolução dos Ativos

R\$ Milhões

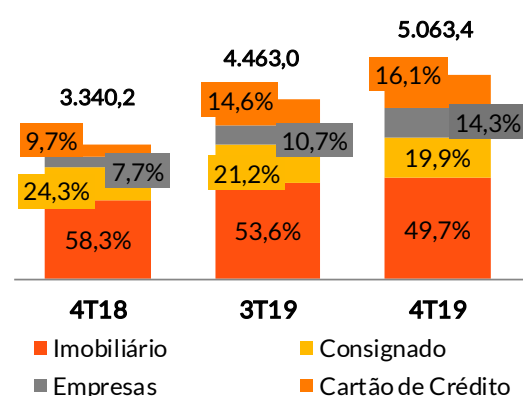
+77,6% YoY



Carteira de Crédito Ampliada

R\$ Milhões

+51,6% YoY



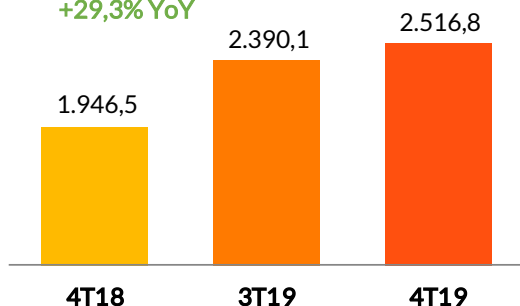
¹¹ Inclui debêntures e CRIs.

Crédito Imobiliário

A carteira de **crédito imobiliário** superou atingiu uma carteira de R\$ 2,5 bilhões, expansão de 29,3% em 12 meses, mantendo um Loan to Value (LTV) de 52,2%.

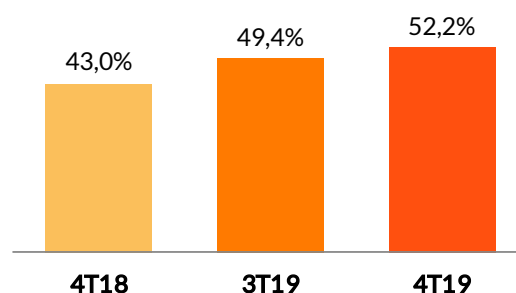
Carteira de Crédito Imobiliário

R\$ Milhões
+29,3% YoY



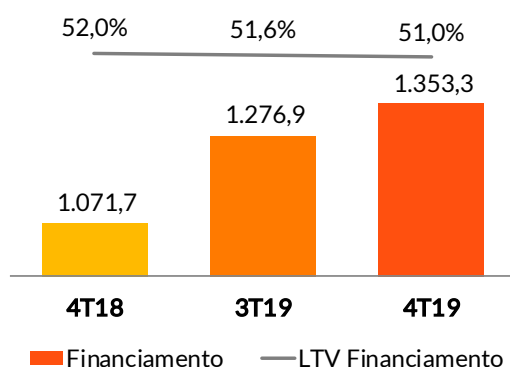
Loan to Value

%
+9,2 p.p. YoY



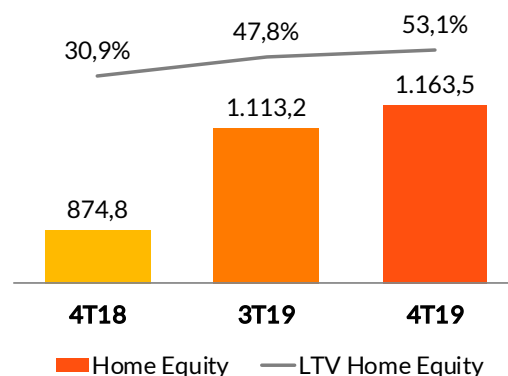
Financiamentos Imobiliários

R\$ Milhões / %
+26,3% YoY



Home Equity

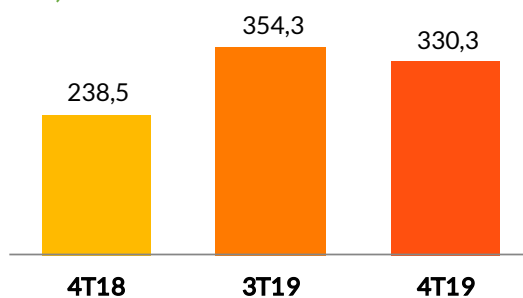
R\$ Milhões / %
+33,0% YoY



O volume originado de crédito imobiliário atingiu R\$ 1,2 bihão em 2019 e R\$ 330 milhões no 4T19, crescimento de 47% quando comparado à 2018 e 38,5%, respectivamente comparado ao 4T18.

Evolução da Originação de Crédito Imobiliário

R\$ Milhões
+38,5% YoY

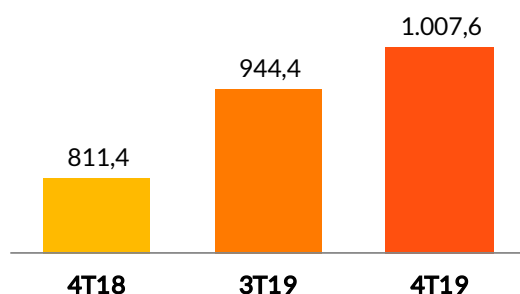


Crédito Consignado

O saldo da carteira de **crédito consignado**, ultrapassou totalizou R\$ 1,0 bilhão, aumento de 24,2% em relação a dezembro de 2018. Já o volume originado atingiu R\$ 996 milhões em 2019 e R\$ 356 no 4T19, incremento de 105% e 194% respectivamente.

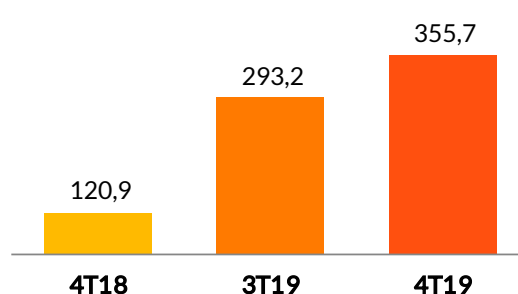
Carteira de Crédito Consignado

R\$ Milhões
+24,2% YoY



Evolução da originação de Crédito Consignado

R\$ Milhões
+194% YoY

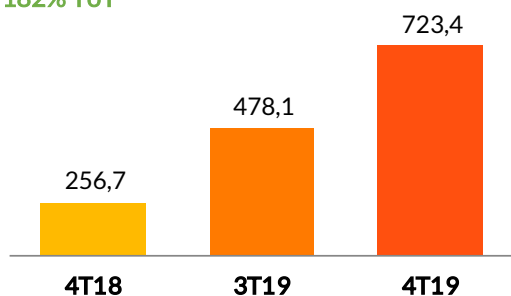


Crédito Empresas

Em 2019 a carteira de **crédito empresas** ampliada¹² atingiu R\$ 723,4 milhões, aumento de 182% no ano, com uma originação de R\$ 2,0 bilhões em 2019 e R\$ 697 milhões no 4T19. O crescimento expressivo YoY foi impulsionado pelas operações de supply chain finance, que representaram cerca de 75% da originação em 2019.

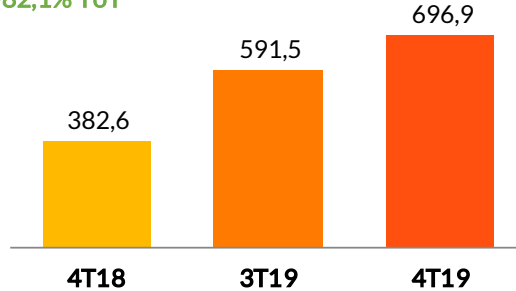
Carteira de Crédito Empresas

R\$ Milhões
+182% YoY



Evolução da Originação de Crédito Empresas

R\$ Milhões
+82,1% YoY



¹² Carteira de crédito empresas inclui debêntures

Qualidade da Carteira de Crédito

NPL	4T19	3T19	Δ QoQ	4T18	Δ YoY
Imobiliário	4,0%	3,8%	0,2 p.p.	4,8%	-0,8 p.p.
Empresas	0,4%	0,8%	-0,4 p.p.	0,4%	0,0 p.p.
Consignado	3,6%	3,8%	-0,2 p.p.	3,9%	-0,3 p.p.
Total	4,4%	4,3%	0,0 p.p.	4,4%	0,0 p.p.

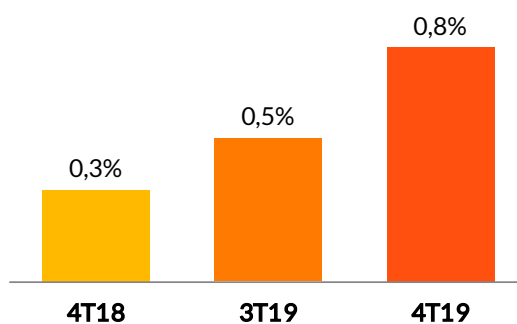
Índice de Cobertura	4T19	3T19	Δ QoQ	4T18	Δ YoY
Imobiliário	39,2%	40,5%	-1,3 p.p.	41,8%	-2,5 p.p.
Empresas	177,7%	162,2%	15,5 p.p.	725,8%	-548,1 p.p.
Consignado	75,2%	73,6%	1,6 p.p.	71,8%	3,4 p.p.
Total	63,6%	64,1%	-0,5 p.p.	59,5%	4,1 p.p.

O percentual de despesas de PDD¹³ sobre a carteira de crédito atingiu 0,8%.

Despesas de PDD¹ ÷ Carteira de Crédito

%

+0,3 p.p. YoY



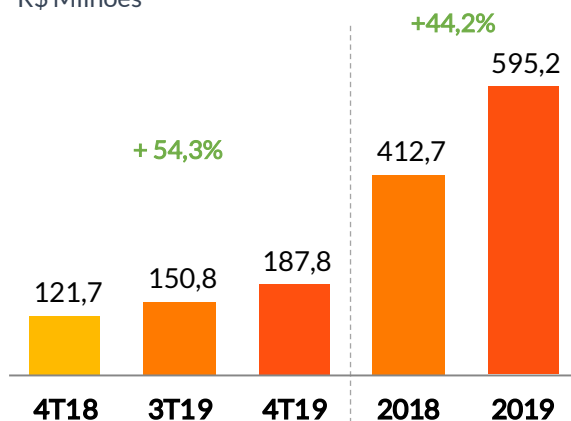
(1) Despesas de PDD ÷ recuperação de créditos baixados

Aumento de NII

O resultado bruto da intermediação financeira, antes da PDD, atingiu R\$ 188 milhões no 4T19 e R\$ 595 milhões em 2019, com crescimento de 54,3% YoY e 44,2% YoY, respectivamente.

NII

R\$ Milhões



13 Despesas de PDD + Recuperação de Créditos Baixados

Margem Financeira Líquida (NIM)

A margem financeira líquida alcançou 9,6% no 4T19, queda de 0,4 p.p., se comparada ao ano 4T18, devido ao forte crescimento dos ativos como reflexo do aumento do caixa pós follow-on.

Margem Financeira Líquida (R\$ milhões)	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	2018	2019	ΔYoY
NIM (% a.a.)	10,0%	8,7%	9,6%	0,9 p.p.	9,7%	8,9%	-0,8 p.p.
Resultado Bruto da Intermed.	121,7	150,8	187,8	24,6%	412,7	595,2	44,2%
Financ. antes da PDD (NII) ¹ ²							
Ativos Rentáveis Médios	5.030,2	7.191,2	8.105,9	12,7%	4.260,2	6.683,8	56,9%

(1) Net Interest Income: Receitas Líquidas de Juros

(2) Comissões de agentes deduzidas da receita

Receitas da Intermediação Financeira

As receitas da intermediação financeira totalizaram R\$ 257,4 milhões no 4T19 e R\$ 850,9 milhões em 2019.

Receitas da Intermediação Financeira (R\$ milhões)	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	2018	2019	ΔYoY
Receita Total da Intermediação Financeira	180,0	217,2	257,4	18,5%	646,6	850,9	31,6%
Operações de Crédito ¹	152,3	167,5	167,8	0,2%	559,0	644,2	15,2%
Crédito Imobiliário	87,3	88,2	82,8	-6,1%	321,2	338,6	5,4%
Crédito Pessoal ²	52,5	63,7	69,8	9,6%	200,0	250,7	25,4%
Crédito Empresas	12,6	15,5	15,1	-2,6%	37,9	54,8	44,6%
Resultado de Aplicações Financeiras	27,6	49,6	87,6	76,4%	87,6	202,5	131,1%

(1) Comissões de agentes deduzidas da receita

(2) Inclui operações de crédito consignado, cartão consignado e cartão de crédito

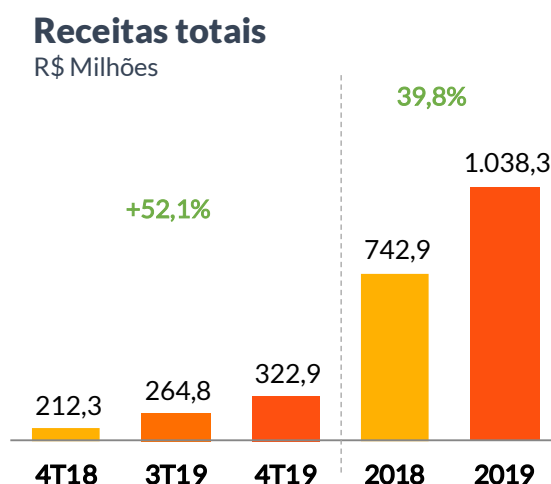
Despesas da Intermediação Financeira

As Despesas da Intermediação Financeira foram de R\$ 113,2 milhões no trimestre, aumento de 12,8% em relação ao 3T19 e 32,6% quando comparado 2018 a 2019.

Despesas da Intermediação Financeira (R\$ milhões)	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	2018	2019	ΔYoY
Despesa Total da Intermediação Financeira	(75,6)	(100,4)	(113,2)	12,8%	(291,5)	(386,6)	32,6%
Despesas de captação	(54,3)	(66,0)	(69,1)	4,7%	(215,5)	(253,6)	17,7%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17,2)	(33,9)	(43,6)	28,5%	(57,6)	(131,0)	127,3%
Operações de empréstimos e repasses	(0,5)	(0,4)	(0,5)	17,8%	(1,8)	(2,1)	14,8%
Operações com derivativos	(3,5)	-	-	n.a.	(16,6)	-	n.a.

GERAÇÃO DE VALOR

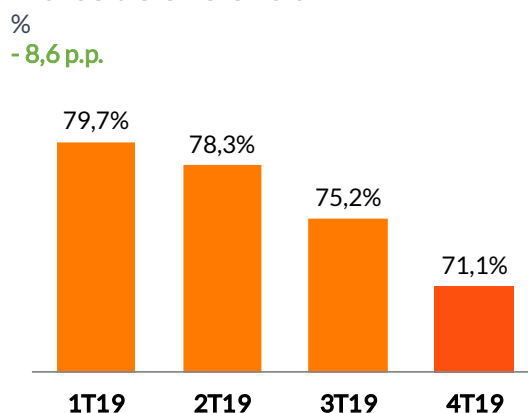
As receitas totais¹⁴ atingiram R\$ 322,9 milhões no 4T19 e superaram R\$ 1,0 bilhão no ano de 2019, crescimento de 52,1% e 39,8%, respectivamente. As receitas foram impulsionadas principalmente pelas operações de crédito e receitas de prestação de serviços.



No 4T19, o Índice de Eficiência atingiu de 71,1%, queda de 4,1 p.p comparado ao 3T19. Este é o quarto trimestre consecutivo em que observamos redução neste indicador. Entendemos que esse movimento reflete principalmente pelo crescimento nas receitas de prestação de serviços.

Índice de Eficiência	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	2018	2019	ΔYoY
Despesas Totais	(97,7)	(141,5)	(171,2)	21,0%	(313,2)	(560,6)	79,0%
Despesas de pessoal	(32,3)	(43,4)	(50,2)	15,6%	(118,9)	(169,2)	42,3%
Outras despesas administrativas	(51,3)	(85,5)	(100,2)	17,3%	(165,1)	(322,5)	95,4%
Outras despesas operacionais	(14,1)	(12,6)	(20,8)	64,9%	(29,2)	(68,9)	135,9%
Receitas Totais	146,4	188,2	240,7	27,9%	482,7	742,9	53,9%
Resultado Interm. Financeira antes da PDD	121,7	150,8	187,8	24,6%	412,7	595,2	44,2%
Receitas de prestação de serviços	17,1	32,5	46,2	42,1%	57,4	130,5	127,3%
Outras receitas operacionais	15,2	15,1	19,3	28,2%	38,8	56,9	46,6%
Despesas tributárias	(7,6)	(10,1)	(12,6)	24,2%	(26,3)	(39,7)	51,1%
Índice de Eficiência (%)	66,7%	75,2%	71,1%	-4,1 p.p.	64,9%	75,5%	10,6 p.p.

Índice de eficiência



Atingimos lucro líquido de R\$ 81,6 milhões, crescimento de 16,8% na comparação anual. O retorno sobre o ativo médio (ROAA) foi de 1,1% em 2019 e o retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) foi de 5,6%.

¹⁴ Receitas totais = receitas da intermediação financeira + receitas de prestação de serviços + outras receitas operacionais.

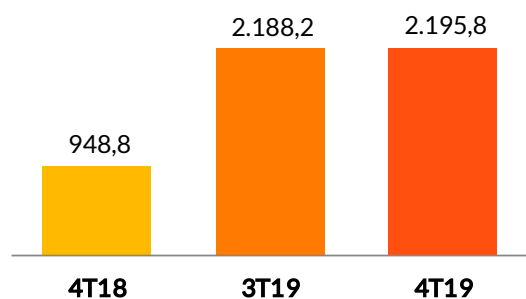
% / R\$ milhões	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	2018	2019	ΔYoY
ROAE (% a.a.)	9,5%	3,0%	4,5%	1,5 p.p.	7,3%	5,6%	-1,6 p.p.
ROAA (% a.a.)	1,7%	0,6%	1,0%	0,4 p.p.	1,5%	1,1%	-0,5 p.p.
Lucro Líquido	22,3	11,8	24,7	109,4%	69,8	81,6	16,8%
Ativo Total	5.641,3	9.229,1	10.019,6	8,6%	5.641,3	10.019,6	77,6%
Patrimônio Líquido	948,8	2.188,2	2.195,8	0,3%	948,8	2.195,8	131,4%
Receitas de Serviços	35,0	56,1	74,6	33,1%	99,0	213,0	115,2%

Patrimônio Líquido e Índice de Basileia

No quarto trimestre de 2019, o patrimônio líquido atingiu R\$ 2,2 bilhões, variação de 131% na comparação anual. No mesmo período, o Índice de Basileia¹⁵ chegou a aproximadamente 39,4%, com aumento de 9,5 p.p. nos últimos 12 meses, reflexo da captação de R\$ 1,2 bilhão do follow-on.

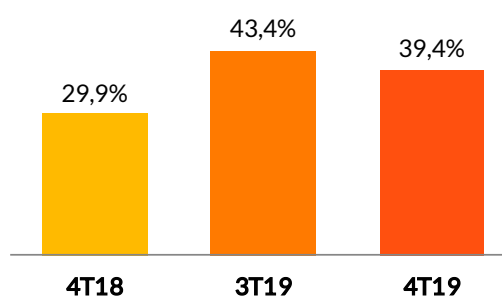
Patrimônio Líquido

In BRL Million
+131 YoY



Índice de Basileia

Em %
+12,2 p.p. YoY



Principais indicadores

	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	Δ YoY		
Número de Contas Digitais	1.452.035	3.263.927	4.059.001	24,4%	179,5%		
Ativos Totais	5.641	9.229	10.020	8,6%	77,6%		
Carteira de Crédito Ampliada	3.340	4.463	5.063	13,5%	51,6%		
Captação de Recursos ¹	4.157	6.105	6.752	10,6%	62,4%		
Depósitos à vista	618	1.458	2.088	43,3%	237,7%		
Custo de Funding	82,0%	76,2%	64,7%	-11,5 p.p.	-17,3 p.p.		
Patrimônio Líquido	948,8	2.188,2	2.195,8	0,3%	131,4%		
	4T18	3T19	4T19	Δ QoQ	2018	2019	Δ YoY
Resultado da Intermediação Financeira ²	104,4	116,9	144,2	23,4%	355,1	464,2	30,7%
Receitas de Serviços ³	35,0	56,1	74,6	33,1%	99,0	213,0	115,2%
Receitas de Serviços ÷ Receitas Líquidas ⁴	23,2%	29,3%	30,4%	1,1 p.p.	20,0%	28,3%	8,3 p.p.
NII	121,7	150,8	187,8	24,6%	412,7	595,2	44,2%
Lucro Líquido	22,3	11,8	24,7	109,4%	69,8	81,6	16,8%
ROAE (a.a.)	9,5%	3,0%	4,5%	1,5 p.p.	7,3%	5,6%	-1,6 p.p.
ROAA (a.a.)	1,7%	0,6%	1,0%	0,4 p.p.	1,5%	1,1%	-0,5 p.p.
NIM (a.a.) ¹	10,0%	8,7%	9,6%	0,9 p.p.	9,7%	8,9%	-0,8 p.p.
Índice de Eficiência	66,7%	75,2%	71,1%	-4,1 p.p.	64,9%	75,5%	10,6 p.p.
Opex por cliente ⁵	269,0	173,4	168,7	-2,7%	82,9	138,1	66,6%
Índice de Basileia	29,9%	43,4%	39,4%	-4,0 p.p.	29,9%	39,4%	9,5 p.p.

(1) Considera depósitos à vista, contas de pagamentos, Poupança, CDB, DPGE, LCI, LF, LCA e LIG;

(2) Comissões de correspondentes deduzidas da receita;

(3) Inclui acordo operacional ligado à prestação de serviços, receitas de remessas de câmbio e receitas financeiras de floating;

(4) Receita líquida = NII + Receitas de Serviços.

(5) Opex por cliente anualizado = (Despesas administrativas + despesas de pessoal + outras despesas operacionais) do trimestre * 4 ÷ número de contas digitais.

ANEXO

Relacionamento com o cliente

Um banco digital é mais do que um banco com um app. Ser digital é usar a tecnologia para oferecer um serviço melhor e de forma ainda mais barata, é ser centrado nas necessidades dos clientes, e estabelecer uma relação de parceria com estes. Essa relação é muito presente nas redes sociais, onde nosso engajamento cresce a cada dia.

Avaliação do App	★	4.3 na Google Play Store 4.7 na App Store
Número de acessos App e Internet Banking	📱	2 milhões de acessos por dia útil no 4T19
Número downloads App	⬇️	Mais de 12 milhões de downloads em 2019
Transações Conta Digital	💰	R\$ 39,1 bilhões em 73 milhões de transações no 4T19.
Net Promoter Score (NPS)	🏆	67 em 2019: Mais alto NPS no varejo bancário
Fãs nas redes sociais	📶	Mais de 2 milhões de seguidores no Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn e Youtube

Carteira de Crédito por nível

Rating	Provisão Requerida	Carteira de Crédito (R\$ milhões)	%	Provisão (R\$ milhões)
AA	0,0%	653,2	13,7%	-
A	0,5%	3.502,7	73,4%	(17,5)
B	1,0%	275,5	5,8%	(2,8)
C	3,0%	130,4	2,7%	(3,9)
D	10,0%	46,9	1,0%	(4,7)
E	30,0%	45,7	1,0%	(13,7)
F	50,0%	31,0	0,6%	(15,5)
G	70,0%	19,7	0,4%	(13,8)
H	100,0%	68,3	1,4%	(68,3)
Total		4.773,4	100,0%	(140,2)

Gerenciamento de liquidez

A gestão, controle e monitoramento da liquidez do Banco Inter são realizados pela equipe de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, vinculada à Diretoria de Riscos desta Instituição, em conformidade com a Res. 4.557 e alinhada às melhores práticas do mercado. O Banco avalia sua liquidez de forma recorrente observando duas abordagens metodologias: a necessidade de Caixa Mínimo que pondera o volume de ativos de alta liquidez em caixa, frente à necessidade de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras da Instituição, dentro de um cenário de estresse com duração de 21 dias úteis; e o cálculo do LCR, em linha com a Res. 4401 e CIR. 3749, que observa a necessidade de recursos do Banco, dado um choque sistêmico definido pelo Regulador, frente os ativos de alta liquidez em caixa.

Estes índices são acompanhados no Comitê de Gestão de Ativos e Passivos, fórum estatutário com participação do Corpo Diretivo e membros do Conselho do Banco.

Gerenciamento do Risco de Mercado

O Banco observa o risco de mercado nas visões banking e trading, segundo o direcionamento dos recursos em gestão. A equipe de gerenciamento de risco de mercado e liquidez, monitora o casamento das posições ativas frente os respectivos passivos que as suportam, tendo em vista os riscos de variação de índices, moedas e de prazos, mantendo-os dentro dos padrões estabelecidos pela Declaração do Apetite de Risco da Banco Inter (RAS).

Especial cuidado tem-se com a gestão do lastro para emissão das letras de crédito imobiliário (LCI), garantindo o casamento de prazo dos passivos com a carteira de ativos subjacente de forma conservadora. Por sua vez, a modelagem matemática dos depósitos à vista permitiu a definição com segurança estatística do percentual de permanência destes recursos na instituição no tempo (core deposits), possibilitando a Instituição lançar mão destes volumes como funding das operações de crédito, reduzindo os custos de captação inclusive para operações longas.

Gestão de ativos e passivos

O Banco Inter realiza a gestão ativa de liquidez, monitorando os descasamentos existentes entre sua carteira Ativa e Passiva. A estratégia adotada pelo Banco, desde o início de 2014, quando lançou a LCI Índice, com prazo mínimo de 3 anos, tem se mostrado eficiente no alongamento do prazo de nosso funding. Além da redução do descasamento de prazos, este produto tem contribuído também para a mitigação do risco de mercado.



ATIVOS¹

Segmento	4T19		4T18	
	Saldo (R\$MM)	Duration (dias)	Saldo (R\$MM)	Duration (dias)
Crédito Imobiliário	2.516,8	1.206	1.946,5	974
Crédito Empresas	457,3	263	254,6	172
Crédito Consignado	1.007,6	750	811,4	618
Caixa e Equivalentes ²	4.914,6	179	2.100,9	23
Total	8.896,3	539	5.113,5	487

FUNDING

Produto	4T19		4T18	
	Saldo (R\$MM)	Duration (dias)	Saldo (R\$MM)	Duration (dias)
CDB	2.599,1	565,0	1.642,8	496,0
LCI	1.734,2	416,0	1.719,4	366,0
Poupança	307,1	1,0	73,8	1,0
LIG	12,7	363,0	12,0	728,0
LCA	-	-	20,1	35,0
Operações de Repasse	-	-	33,8	3.030,0
Total	4.664,3	471	3.514,3	444

(1) Duration considera liquidações antecipadas;

(2) Considera aplicações interfinanceiras e TVM de longo prazo.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhões de Reais

ATIVO	Dez/17	Dez/18	Set/19	Dez/19
Disponibilidades	55,2	10,5	19,6	94,1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	503,0	1.671,3	3.575,7	3.249,8
Títulos e valores mobiliários e derivativos	113,2	63,3	256,6	514,1
Relações interfinanceiras	1,7	90,1	354,6	416,3
Relações interdependências	-	0,0	0,2	0,0
Operações de crédito	659,2	824,2	991,4	1.093,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(82,3)	(36,1)	(70,7)	(86,9)
Outros créditos	161,2	468,0	886,0	979,3
Outros valores e bens	15,0	97,2	20,8	148,0
Circulante	1.426,2	3.188,5	6.034,3	6.408,0
Aplicações interfinanceiras	3,2	14,6	-	-
Títulos e valores mobiliários e derivativos	204,2	251,1	287,6	640,2
Operações de crédito	1.837,0	2.174,7	2.733,8	2.881,9
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(51,2)	(49,2)	(52,5)
Outros créditos	16,1	9,5	15,6	20,2
Outros valores e bens	83,8	12,8	122,2	18,9
Não Circulante Realizável a Longo Prazo	2.144,4	2.411,5	3.110,0	3.508,7
Investimentos	1,1	1,1	1,1	1,1
Imobilizado de uso	5,5	13,8	20,9	22,5
Intangível	1,0	26,4	62,9	79,2
Permanente	7,6	41,4	84,9	102,8
Total do Ativo	3.578,2	5.641,3	9.229,1	10.019,6
PASSIVO				
Depósitos	625,6	1.210,7	1.963,0	2.734,5
Captações no mercado aberto	10,1	25,9	147,7	166,4
Recursos de aceites e emissão de títulos	812,5	1.197,5	1.252,4	1.065,4
Instrumentos financeiros derivativos	-	1,0	10,8	20,9
Relações interfinanceiras	-	265,1	528,9	641,8
Relações interdependências	0,7	0,4	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	1,4	1,3	1,3	1,3
Outras obrigações	176,3	184,2	196,2	209,9
Circulante	1.626,6	2.886,2	4.100,3	4.840,3
Depósitos	930,9	1.179,8	2.160,8	2.258,0
Recursos de aceites e emissão de títulos	588,5	566,4	721,8	666,2
Obrigações por empréstimos e repasses	33,4	30,6	28,9	28,5
Outras obrigações	14,8	18,9	21,1	21,5
Resultados de exercícios futuros	-	10,3	6,5	5,2
Não Circulante Exigível a Longo Prazo	1.567,5	1.806,1	2.939,0	2.979,3
Capital Social	311,9	848,8	2.067,2	2.068,3
Reservas de Capital	-	1,3	1,3	1,1
Reservas de lucros	73,3	102,5	119,7	124,9
Ajustes de avaliação patrimonial	0,2	(3,3)	0,0	1,5
Ações em tesouraria	(2,3)	(0,4)	-	-
Participação não controladores nas controladas	1,0	0,3	1,7	4,2
Patrimônio Líquido	384,1	949,0	2.189,9	2.200,0
Total do Passivo	3.578,2	5.641,3	9.229,1	10.019,6

Demonstração do Resultado Consolidado

Em milhões de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2017	2018	2019	4T18	3T19	4T19
Operações de crédito	444,8	559,0	644,2	152,3	167,5	167,8
Resultado com aplicações interfinanceiras	59,6	62,0	139,5	21,4	42,1	42,7
Resultado de op. com títulos e valores mobiliários	31,4	24,0	62,6	5,9	7,5	44,9
Operações com câmbio	0,6	1,7	0,4	0,3	0,0	(0,0)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	10,7	-	4,2	-	0,1	2,1
Op. de venda ou de transf.de ativos financeiros	0,6	-	-	-	-	-
Receitas da intermediação financeira	547,8	646,6	850,9	180,0	217,2	257,4
Operações de captação no mercado	(272,2)	(215,5)	(253,6)	(54,3)	(66,0)	(69,1)
Operações de empréstimos e repasses	(2,9)	(1,8)	(2,1)	(0,5)	(0,4)	(0,5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50,7)	(57,6)	(131,0)	(17,2)	(33,9)	(43,6)
Op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	(1,3)	(0,0)	-	(0,0)	-	-
Operações com derivativos	-	(16,6)	-	(3,5)	-	-
Despesas da intermediação financeira	(327,1)	(291,5)	(386,6)	(75,6)	(100,4)	(113,2)
Resultado bruto da interm. financeira	220,6	355,1	464,2	104,4	116,9	144,2
Receitas de prestação de serviços	40,5	57,4	130,5	17,1	32,5	46,2
Despesas de pessoal	(82,5)	(118,9)	(169,2)	(32,3)	(43,4)	(50,2)
Outras despesas administrativas	(91,1)	(165,1)	(322,5)	(51,3)	(85,5)	(100,2)
Despesas tributárias	(16,2)	(26,3)	(39,7)	(7,6)	(10,1)	(12,6)
Outras receitas operacionais	12,9	38,8	56,9	15,2	15,1	19,3
Outras despesas operacionais	(14,4)	(29,2)	(68,9)	(14,1)	(12,6)	(20,8)
Outras receitas (despesas) operacionais	(150,7)	(243,2)	(412,9)	(72,9)	(104,1)	(118,3)
Resultado operacional	70,0	111,9	51,3	31,5	12,8	25,9
Resultado não operacional	(10,2)	(18,0)	31,8	(4,6)	(2,9)	(2,0)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	59,8	93,9	83,1	26,9	9,9	24,0
Imposto de renda e contribuição social	(6,0)	(24,0)	(1,5)	(4,6)	1,9	0,7
Lucro líquido	53,8	69,8	81,6	22,3	11,8	24,7

RATINGS

Agência

S&P Global
Ratings

FitchRatings

Avaliação de Mercado

braAA- escala nacional
mar/2019
Perspectiva positiva

A-(bra) escala nacional
nov/2019
Perspectiva estável

CONTATOS

Diretora de RI

Helena Lopes Caldeira - (31) 2138-7989

Coordenador de RI

Felipe Lobo Rezende - (31) 2138-7974

Os números das nossas principais métricas (Unit Economics), que incluem os usuários ativos mensais (MAU), os logins únicos diários (DAU), a receita média por usuário (ARPU) e o índice de cross selling (CSI), são calculados usando dados internos do banco. Embora esses números sejam baseados no que acreditamos ser estimativas razoáveis, há desafios inerentes à medição do uso de nossos produtos. Além disso, continuamente, buscamos aprimorar as estimativas de nossa base de usuários, as quais podem mudar devido a melhorias ou mudanças de metodologia. Analisamos regularmente nossos processos para calcular essas métricas e, de tempos em tempos, podemos descobrir imprecisões ou fazer ajustes para melhorar a precisão, incluindo ajustes que podem resultar no recálculo de nossas métricas históricas.

Demonstrações Financeiras



Relatório Gerencial e Demonstrações Financeiras
4º Trimestre de 2019

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	14
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

A Administração do Banco Inter S.A., banco múltiplo privado, especializado em crédito e serviços digitais, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável.

Banco Inter S.A.

O Banco Inter é um banco digital, gratuito e completo, que atua como líder na revolução da indústria bancária brasileira, oferecendo uma proposta de valor disruptiva e inédita. Oferece um novo conceito de banco - ofertando um portfólio completo de serviços e produtos financeiros, sem cobrança de tarifas bancárias, para todos os tipos de clientes, independentemente da idade e condição econômica ou social.

Possuímos um modelo de negócios único, reunindo as melhores características da indústria bancária tradicional e das empresas de tecnologia da área financeira (*fintechs*). Os mais de 25 anos de experiência e histórico de sucesso na indústria bancária brasileira nos garantem credibilidade e *expertise* para prover serviços e produtos de qualidade em um mercado fortemente regulado. A essência *fintech*, em paralelo, proporciona um modelo de negócio moderno, ágil, escalável e digital, atendendo da melhor forma as demandas dos clientes e as estratégias de crescimento.

Por meio da plataforma digital, acessada através da nossa conta 100% digital e gratuita, via aplicativo e *internet banking*, oferecemos produtos próprios e produtos de terceiros, que vão de produtos financeiros tradicionais a serviços inovadores, como a conta corrente, crédito imobiliário, crédito pessoal, investimentos, seguros, consórcios, Interpag (pagamento via QR Code), crédito para celulares pré-pagos, câmbio, rotativo digital, *gift cards*, crédito rural, dentre outros.

A plataforma digital possibilita um acelerado crescimento na base de correntistas digitais, evoluindo de mais de 1,45 milhão de correntistas em 31 de dezembro de 2018 para mais de 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 179,5% de crescimento no período.

Destaques Operacionais

Conta Digital

Em 31 de dezembro de 2019, ultrapassamos 4,0 milhões de correntistas digitais e continuamos implementando melhorias e lançando novos produtos. O número de contas abertas por dia útil ultrapassou 13 mil no mês de dezembro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o número de transações realizadas via *app* e internet banking totalizou 211,4 milhões, aumento expressivo de 185%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, o montante transacionado foi de R\$107 bilhões em 2019, incremento de 179% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo das Operações de Crédito Total somou R\$4,8 bilhões, variação positiva de 42,6% em relação a 31 de dezembro de 2018. A carteira de crédito com garantia imobiliária totalizou R\$2,5 bilhões, crescimento de 29,2% comparado a 31 de dezembro de 2018, quando totalizava R\$1,9 bilhão. Já a carteira de crédito pessoa física, no montante de R\$1,2 bilhão, apresentou um crescimento de 36,0% na comparação com 31 de dezembro de 2018. A carteira de Crédito Empresas, sem garantia imobiliária, cresceu 41,3% em relação a dezembro de 2018, totalizando R\$251,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 a carteira de Outros Créditos com característica de concessão de crédito, representada principalmente por operações de cartão de crédito, obteve um crescimento de 129,2%, totalizando R\$798,2 milhões. A carteira de crédito rural no montante de R\$1,5 milhão, sendo esta, uma nova modalidade de crédito, em relação a dezembro de 2018.

Captação

Em 31 de dezembro de 2019, a captação total somou R\$6,8 bilhões, 62,8% superior ao montante de R\$4,2 bilhões registrados em dezembro de 2018. Os depósitos à vista totalizavam R\$2,1 bilhões, crescimento de 238,0% no ano de 2019.

Destaques Econômico-Financeiros

Lucro Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Lucro Líquido foi de R\$81,6 milhões, representando um crescimento de 16,4% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A evolução do Lucro Líquido é resultado do crescimento da base de clientes e dos esforços do Banco Inter em diversificar os produtos e serviços a eles oferecidos. Além disso, as Receitas de Operações de Crédito também contribuíram para a expansão do Lucro Líquido, apresentando um crescimento de 15,2% exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado (ROAE) no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 5,6%, redução de 1,7 p.p. quando comparado ao mesmo período do ano anterior (ROAE de 7,3%).

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Em 31 de dezembro de 2019, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira atingiu R\$464,2 milhões, 30,7% superior ao montante registrado no mesmo período de 2018.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas e de pessoal incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 somaram R\$491,7 milhões, um acréscimo de 73,1% em relação ao mesmo período de 2018, crescimento explicado pelo preparo do Banco para operações em maior escala, além do volume crescente das operações.

Destaques Patrimoniais

Ativo Total

Os Ativos Totais somaram R\$10,0 bilhões em 2019, evolução de 77,6% em comparação a dezembro de 2018. Destaque para as Operações de Crédito, que somaram R\$4,8 bilhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 42,6% no período.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido atingiu R\$2,2 bilhões, aumento este devido à aporte de capital no montante de R\$1,2 bilhão no terceiro trimestre de 2019.

A relação entre Carteira de Crédito e Patrimônio Líquido, um dos indicadores que mede o grau de alavancagem da instituição, era de 2,2 vezes em 31 de dezembro de 2019, redução de 38,0% em relação a dezembro de 2018 quando apresentava uma relação de 3,5 vezes, porém muito em linha devido ao aumento de capital supracitado.

Índice de Basileia

De acordo com as normas regulatórias do Banco Central do Brasil, os Bancos devem manter um percentual mínimo de 8% dos ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas.

O Banco Inter encerrou em 31 de dezembro de 2019 com um Índice de Basileia de aproximadamente de 39,40%, mantendo forte estrutura de capital para manutenção das taxas de crescimento da instituição.

Ratings

A classificação de *Investment Grade* atribuída pelas agências especializadas Fitch Ratings e Standard & Poor's, com notas em escala nacional de longo prazo "A-(bra)" e "brAA-", respectivamente, comprova a adequada posição de liquidez e o confortável nível de capitalização do Banco Inter. As agências destacam a melhoria da qualidade de crédito, a mitigação de riscos de descasamento de prazos e os importantes avanços na venda cruzada de produtos e na autonomia de captação de recursos, refletindo os benefícios do crescimento exponencial da base de clientes nos últimos meses.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários - Circular Nº 3.068/2001 - BACEN

O Banco Inter possui títulos classificados na categoria "disponível para venda", no montante de R\$428,4 milhões, marcados a valor de mercado. Estes títulos são representados, principalmente, por Letras Financeiras do Tesouro e Certificados de Recebíveis Imobiliários.

O Banco também possui títulos classificados como "Títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ R\$ 260,3 milhões. Para estes, declara ter capacidade financeira e a intenção de mantê-los até o vencimento.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as informações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Banco e as empresas controladas contrataram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa no período findo em 31 de dezembro de 2019, sendo:

- Revisão das obrigações acessórias referentes à Escrituração Contábil Fiscal (ECF);

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que constroem diariamente a nossa história.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e aos acionistas do

Banco Inter S.A

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter S.A ("Banco") identificadas como controlador e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Inter S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Veja as Notas 3.i e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.i e 9, o Banco utiliza os requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para mensuração e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa de suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. O Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito nos níveis de risco que compreendem a classificação de "AA" a "H", levando em consideração, principalmente, a atividade econômica, a situação econômico financeira, o grau de endividamento, o atraso e as características das garantias do tomador das operações de crédito. Como a classificação das operações de crédito nos níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Administração quanto às perdas da carteira de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, consideramos essa área com relevante para nossa auditoria.	<p>Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos níveis de risco das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, e as principais premissas utilizadas no cálculo para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados a apuração da provisão para devedores duvidosos, bem como, analisamos os saldos constituídos de provisão em relação ao adequado registro e apresentação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento, assim como as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.</p>

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em decorrência da alta dependência do Banco de uma infraestrutura de tecnologia da informação em consequência da utilização cada vez maior de plataformas digitais, aliado aos elevados níveis de investimentos em infraestrutura da tecnologia da informação, do alto volume de transações processadas diariamente, bem como da importância dos controles de Tecnologia e Segurança da Informação nos seus sistemas e	Avaliamos, com auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação e segurança cibernética (<i>cyber security</i>), o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles gerais de TI relacionados a acessos, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, políticas de segurança da informação e

aplicativos de acesso a programas e dados e gerenciamento de mudanças, assim como o consequente impacto para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

gerenciamento de mudanças nos sistemas internos sempre que planejamos confiar nas informações de um determinado sistema e transação considerados relevantes para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Avaliamos também a efetividade operacional dos controles-chave automatizados dos processos de negócio definidos como relevantes para auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, verificando controles de acesso e configurações de regras de negócio e também as análises de vulnerabilidades em equipamentos na perspectiva de Segurança da Informação.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, nos permitiram considerar as informações extraídas dos aplicativos e do ambiente de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e suas controladas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

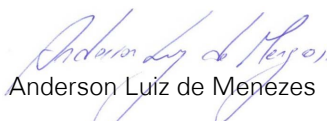
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Anderson Luiz de Menezes

Contador CRC MG-070240/O-3

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Disponibilidades	5	93.995	10.478	94.112	10.479
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	3.249.765	1.671.274	3.249.765	1.671.274
Aplicações no Mercado Aberto		3.020.677	1.535.587	3.020.677	1.535.587
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		229.088	135.687	229.088	135.687
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	498.124	63.290	514.144	63.310
Carteira Própria		292.657	52.309	308.677	52.329
Vinculados a Compromissos de Recompra		5.388	-	5.388	-
Vinculados à Prestação de Garantias		198.059	10.981	198.059	10.981
Vinculados ao Banco Central		2.020	-	2.020	-
Relações interfinanceiras	8	416.294	90.118	416.294	90.118
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		24.014	-	24.014	-
Depósitos no Banco Central		392.280	90.118	392.280	90.118
Relações interdependências		15	3	15	3
Transferências Internas de Recursos		15	3	15	3
Operações de crédito	9	1.006.355	788.028	1.006.355	788.028
Operações de Crédito		1.093.280	824.158	1.093.280	824.158
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(86.925)	(36.130)	(86.925)	(36.130)
Outros créditos	10	967.794	457.266	979.306	468.031
Carteira de Câmbio		33	15	33	15
Rendas a Receber		18.304	10.508	20.249	11.758
Negociação e intermediação de valores		2.214	2.020	2.214	2.020
Diversos		953.169	447.231	963.466	456.746
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(5.926)	(2.508)	(6.656)	(2.508)
Outros valores e bens	11	148.780	97.205	148.040	97.230
Outros Valores e Bens		138.974	81.480	138.234	81.480
Despesas Antecipadas		9.806	15.725	9.806	15.750
Total do ativo circulante		6.381.122	3.177.662	6.408.031	3.188.473
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	-	14.613	-	14.613
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	14.613	-	14.613
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	666.897	245.484	640.245	251.086
Carteira Própria		666.897	245.484	640.245	251.086
Operações de crédito	9	2.829.458	2.123.484	2.829.458	2.123.484
Operações de Crédito		2.881.920	2.174.652	2.881.920	2.174.652
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(52.462)	(51.168)	(52.462)	(51.168)
Outros créditos	10	20.164	9.493	20.164	9.493
Diversos		20.239	9.557	20.239	9.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(75)	(64)	(75)	(64)
Outros valores e bens	11	18.864	12.839	18.865	12.839
Outros Valores e Bens		-	8.727	-	8.727
(Provisões para Desvalorizações)		-	(277)	-	(277)
Despesas Antecipadas		18.864	4.389	18.865	4.389
Total do realizável a longo prazo		3.535.383	2.405.913	3.508.732	2.411.515
Permanente					
Investimentos	12	45.671	17.570	1.105	1.105
No País		44.566	16.465	-	-
Outros Investimentos		1.105	1.105	1.105	1.105
Imobilizado de uso		22.418	13.777	22.465	13.826
Imóveis de Uso		5.464	-	5.464	-
Outras Imobilizações de Uso		28.486	22.450	28.556	22.517
(Depreciações Acumuladas)		(11.532)	(8.673)	(11.555)	(8.691)
Intangível	13	77.779	26.041	79.245	26.425
Ativos Intangíveis		89.124	27.375	90.825	27.786
(Amortização Acumulada)		(11.345)	(1.334)	(11.580)	(1.361)
Total do permanente		145.868	57.388	102.815	41.356
Total do ativo não circulante		3.681.251	2.463.301	3.611.547	2.452.871
Total do ativo		10.062.373	5.640.963	10.019.578	5.641.344

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Depósitos	14a	2.740.515	1.212.085	2.734.520	1.210.718
Depósitos à vista		2.094.127	619.655	2.088.132	618.288
Depósitos poupança		307.098	73.778	307.098	73.778
Depósitos a prazo		339.290	460.482	339.290	460.482
Outros depósitos		-	58.170	-	58.170
Captações no mercado aberto		178.492	30.704	166.432	25.888
Carteira própria		5.388	30.704	5.388	25.888
Carteira de terceiros		173.104	-	161.044	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	14b	1.091.868	1.197.540	1.065.430	1.197.540
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.091.868	1.197.540	1.065.430	1.197.540
Relações interfinanceiras	8	641.759	265.081	641.759	265.081
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		641.759	265.081	641.759	265.081
Relações interdependências		-	440	-	440
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	440	-	440
Obrigações por empréstimos		-	2	-	2
Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais	15	1.307	1.338	1.307	1.338
CEF		1.307	1.338	1.307	1.338
Instrumentos financeiros derivativos	7	20.941	996	20.941	996
Outras obrigações	16	194.931	175.328	209.889	184.191
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.631	1.221	3.631	1.221
Carteira de Câmbio		325	1.788	325	1.788
Sociais e Estatutárias		11.362	8.033	14.362	8.033
Fiscais e Previdenciárias		13.546	8.615	18.904	9.980
Negociação e Intermediação de Valores		-	-	4.003	7.703
Diversas		166.067	155.671	168.664	155.466
Total do passivo circulante		4.869.813	2.883.514	4.840.278	2.886.194
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Depósitos	14a	2.270.189	1.182.350	2.257.994	1.179.800
Depósitos a prazo		2.270.189	1.182.350	2.257.994	1.179.800
Recursos de aceites e emissão de títulos	14b	666.210	566.396	666.210	566.396
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		666.210	566.396	666.210	566.396
Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais	15	28.493	30.648	28.493	30.648
CEF		28.493	30.648	28.493	30.648
Outras obrigações	16	21.484	18.940	21.484	18.940
Diversas		21.484	18.940	21.484	18.940
Resultados de Exercícios Futuros		5.167	10.334	5.167	10.333
Total do exigível a longo prazo		2.991.543	1.808.668	2.979.348	1.806.117
Patrimônio líquido					
	19				
Capital social		2.068.305	848.760	2.068.305	848.760
De domiciliados no país		2.068.305	848.760	2.068.305	848.760
Reserva de capital		1.119	1.290	1.119	1.290
Reserva de lucros		130.131	102.503	124.889	102.503
(-) Ajuste de avaliação patrimonial		1.462	(3.340)	1.462	(3.340)
(-) Ações em tesouraria		-	(432)	-	(432)
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		2.201.017	948.781	# 2.195.775	948.781
Participação não controladores nas controladas		-	-	4.177	252
Total do patrimônio líquido		2.201.017	948.781	2.199.952	949.033
Total do passivo não circulante		5.192.560	2.757.449	5.179.300	2.755.150
Total do passivo		10.062.373	5.640.963	10.019.578	5.641.344

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	9f	335.206	644.187	559.021	335.206	644.187
Rendas de operações de câmbio		26	431	1.669	26	431
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	6	84.821	139.451	61.952	84.821	139.451
Resultado com títulos e valores mobiliários	7	47.232	56.745	20.602	52.349	62.581
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	2.247	4.235	-	2.247	4.235
		469.532	845.049	643.244	474.649	850.885
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	14c	(132.275)	(251.064)	(215.835)	(135.114)	(253.631)
Operações empréstimos e repasses		(954)	(2.050)	(1.786)	(954)	(2.050)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9e	(77.520)	(130.959)	(57.607)	(77.520)	(130.959)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)		-	-	(7)	-	(7)
Operações com derivativos	7	-	-	(16.632)	-	(16.632)
		(210.749)	(384.073)	(291.867)	(213.588)	(386.640)
Resultado bruto da intermediação financeira		258.783	460.976	351.377	261.061	464.245
Outras receitas (despesas) operacionais						
Rendas de prestação de serviços	21	55.947	94.116	38.136	78.659	130.457
Despesas de pessoal	22	(89.498)	(162.192)	(114.062)	(93.562)	(169.198)
Outras despesas administrativas	23	(179.035)	(313.189)	(163.351)	(185.725)	(322.530)
Despesas tributárias		(20.652)	(36.646)	(24.726)	(22.656)	(39.661)
Resultado de participações em controladas	12	9.403	15.863	10.037	-	-
Outras receitas operacionais	24	30.023	52.304	38.647	34.387	56.909
Outras despesas operacionais	25	(33.226)	(68.688)	(28.946)	(33.421)	(68.890)
		(227.038)	(418.432)	(244.265)	(222.318)	(412.913)
Resultado operacional		31.745	42.544	107.112	38.743	51.332
Resultado não operacional	26	(4.811)	31.811	(17.983)	(4.811)	31.775
Resultado antes da tributação sobre o lucro		26.934	74.355	89.129	33.932	83.107
Provisão para imposto de renda	18	3.108	-	(5.444)	308	(3.889)
Provisão para contribuição social	18	1.918	-	(4.714)	429	(1.970)
Ativo fiscal diferido	18	1.918	4.525	(11.229)	1.875	4.321
		6.944	4.525	(21.387)	2.612	(1.538)
Resultado do Semestre/Exercício		33.878	78.880	67.742	36.544	81.569
Lucro atribuível aos:						
Acionistas controladores					78.880	46.748
Acionistas não controladores					2.691	762
Resultado por ação básico – R\$					0,2325	0,5455
Resultado por ação diluído – R\$					0,2315	0,5455

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do semestre / período	33.878	78.880	67.742	36.544	81.569	69.835
Outros resultados abrangentes do semestre / período						
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado						
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	133	107	130	(5.109)	(5.135)	130
Total de resultados abrangentes do semestre / período	34.011	78.987	67.872	31.435	76.434	69.965
Atribuição do resultado abrangente						
Parcela do resultado abrangente dos acionistas controladores				31.435	73.745	67.872
Parcela do resultado abrangente dos acionistas não controladores				-	2.689	2.093
Total do resultado abrangente do semestre / período				31.435	76.434	69.965

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Reserva de lucros								Participação dos Não Controladores no Pat.Liq.das Controladas	Patrimônio Líquido Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulado s	Ações em tesouraria	Total Patrimônio Líquido do Banco	Ajuste a valor de mercado		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.874	-	9.875	63.461	166	-	(2.284)	383.092	-	979	384.071
Aumento de capital	553.863	(545)	-	-	-	-	-	553.318	-	-	553.318
Custo na emissão de ações	(16.977)	-	-	-	-	-	-	(16.977)	-	-	(16.977)
Pagamentos baseados em ações	-	1.835	-	-	-	-	-	1.835	-	-	1.835
Resultado do período:	-	-	-	-	-	67.742	-	67.742	-	2.093	69.835
Destinações propostas:											
Constituição de reserva legal	-	-	3.387	-	-	(3.387)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	27.685	-	(27.685)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,18 por ação)	-	-	-	-	-	(36.670)	-	(36.670)	-	(2.820)	(39.490)
Ações em tesouraria	-	-	-	(1.905)	-	-	1.852	(53)	-	-	(53)
Transações de capital	-	-	-	-	(3.470)	-	-	(3.470)	-	-	(3.470)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(36)	-	-	(36)	-	-	(36)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	848.760	1.290	13.262	89.241	(3.340)	-	(432)	948.781	-	252	949.033
Mutações do período	536.886	1.290	3.387	25.780	(3.506)	-	1.852	565.689	-	(727)	564.962
Saldos em 30 de junho de 2019	849.387	1.280	15.512	106.367	105	-	-	972.651	-	486	973.137
Aumento de capital	1.249.639	(212)	-	-	-	-	-	1.249.427	-	57	1.249.484
Custo na emissão de ações	(30.721)	-	-	-	-	-	-	(30.721)	-	-	(30.721)
Ágio na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos baseados em ações	-	51	-	-	-	-	-	51	-	-	51
Resultado do período:	-	-	-	-	-	36.544	-	36.544	-	2.666	39.210
Destinações propostas:											
Constituição de reserva legal	-	-	1.827	-	-	(1.827)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	6.425	-	(6.425)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2245 por ação)	-	-	-	-	-	(28.292)	-	(28.292)	-	968	(27.324)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital	-	-	-	-	1.224	-	-	1.224	-	-	1.224
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	133	-	-	133	(5.242)	-	(5.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.068.305	1.119	17.339	112.792	1.462	-	-	2.201.017	(5.242)	4.177	2.199.952
Mutações do período	1.218.918	(161)	1.827	6.425	1.357	-	-	1.228.366	(5.242)	3.691	1.226.815
Saldos em 31 de dezembro de 2018	848.760	1.290	13.262	89.241	(3.340)	-	(432)	948.781	-	252	949.033
Aumento de capital	1.250.266	(299)	-	-	-	-	-	1.249.967	-	268	1.250.235
Custo na emissão de ações	(30.721)	-	-	-	-	-	-	(30.721)	-	-	(30.721)
Ágio na venda de ações em tesouraria	-	192	-	-	-	-	-	192	-	-	192
Pagamentos baseados em ações	-	102	-	-	-	-	-	102	-	-	102
Resultado do período:	-	-	-	-	-	78.880	-	78.880	-	2.689	81.569
Destinações propostas:											
Constituição de reserva legal	-	-	3.944	-	-	(3.944)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	23.684	-	(23.684)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2245 por ação)	-	-	-	-	-	(51.252)	-	(51.252)	-	968	(50.284)
Ações em tesouraria	-	(166)	-	-	-	-	432	266	-	-	266
Transações de capital	-	-	-	-	4.695	-	-	4.695	-	-	4.695
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	107	-	-	107	(5.242)	-	(5.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.068.305	1.119	17.206	112.925	1.462	-	-	2.201.017	(5.242)	4.177	2.199.952
Mutações do período	1.219.545	(171)	3.944	23.684	4.802	-	432	1.252.236	(5.242)	3.925	1.250.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Elaborada pelo método indireto						
Atividades operacionais						
Resultado líquido	33.878	78.880	67.742	36.546	81.569	69.835
Provisão para imposto de renda	(3.108)	-	(10.158)	1.181	5.859	(7.657)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77.520	130.959	57.607	77.520	130.959	57.607
Impostos diferidos	(1.917)	(4.524)	11.229	(1.776)	(4.178)	11.386
(Reversões)/Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	5.085	8.413	15.010	5.085	8.413	15.010
Resultado de participações em coligadas e controladas	(9.402)	(15.904)	(10.037)	42	-	-
Resultado da variação cambial	(9)	(397)	(1.592)	(9)	(397)	(1.592)
Depreciações e amortizações	8.724	13.838	2.592	8.841	14.050	2.607
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações	52	103	1.286	52	103	1.286
(Ganho) / perda na venda de ativos permanentes	(40)	(87)	-	(40)	(87)	-
Outros ganhos e perdas de capital	-	(40.288)	-	-	(40.288)	-
Outros	-	-	8.159	-	-	8.159
Variação de ativos e passivos						
Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez	(98.470)	(78.788)	(61.106)	(98.470)	(78.788)	(61.106)
Redução/(Aumento) de títulos e valores mobiliários para negociação	(385.090)	(385.090)	-	(416.193)	(433.563)	(5.102)
Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras	(90.000)	(20.606)	176.681	(90.000)	(20.606)	176.681
Redução/(Aumento) de operações de crédito	(598.903)	(1.055.258)	(555.180)	(598.903)	(1.055.258)	(555.180)
Redução/(Aumento) de outros créditos	(204.753)	(466.374)	(317.132)	(211.157)	(468.686)	(327.043)
Redução/(Aumento) de outros valores e bens	(32.757)	(57.601)	(21.506)	(32.757)	(57.576)	(21.505)
Redução/(Aumento) de depósitos	1.873.191	2.616.269	830.294	1.846.548	2.582.474	834.044
(Redução)/Aumento de captações no mercado aberto	105.327	147.788	-	94.704	140.544	-
(Redução)/Aumento de obrigações por operações	-	-	20.555	-	-	15.739
(Redução)/Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	(77.316)	(5.858)	362.906	(77.316)	(5.858)	362.906
(Redução)/Aumento de relações interdependências	35	696	(239)	35	696	(239)
(Redução)/Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(1.546)	(2.188)	(2.830)	(1.546)	(2.188)	(2.830)
(Redução)/Aumento de instrumentos financeiros derivativos	14.697	19.945	996	14.697	19.945	996
(Redução)/Aumento de resultados de exercícios futuros	(2.584)	(5.167)	-	(2.584)	(5.167)	-
(Redução)/Aumento de obrigações operações vendas e transferências	-	-	10.333	-	-	10.333
(Redução)/Aumento de outras obrigações	7.397	52.700	30.281	12.276	53.133	34.805
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	620.011	931.461	615.891	566.776	865.105	619.140
Impostos e Contribuição Social Pagos	(4.384)	(4.384)	(12.174)	(5.822)	(5.634)	(14.794)
Atividades de investimentos						
Aquisição de investimentos	(5.000)	(23.982)	(10.570)	(5.000)	(18.982)	(10.570)
Alienação de investimentos	-	45.000	32	-	45.000	32
Aquisição de imobilizado de uso	(4.664)	(13.169)	(6.285)	(4.667)	(13.175)	(6.318)
Alienação de ativo imobilizado	22	735	-	22	735	-
Aquisição de intangível	(32.243)	(61.752)	(22.899)	(32.502)	(63.040)	(23.284)
Aumento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(829.797)	(984.190)	(764.898)	(829.797)	(984.190)	(764.898)
Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	416.571	494.972	773.014	416.568	494.969	773.014
Recebimento de dividendos	-	6.532	7.976	-	-	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(455.111)	(535.854)	(23.630)	(455.376)	(538.683)	(32.024)
Atividades de financiamentos						
Aumento de capital	1.219.562	1.220.101	512.819	1.274.562	1.288.101	522.819
Compra de opções - Pagamentos baseados em ações	-	-	534	-	-	534
Venda ações em tesouraria	-	457	-	-	457	-
Recompra de ações em tesouraria	-	-	(53)	-	-	(53)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(22.725)	(43.571)	(21.175)	(22.725)	(43.571)	(23.410)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	1.196.837	1.176.987	492.125	1.251.837	1.244.987	499.890
Aumento (redução) das disponibilidades	1.357.353	1.568.210	1.072.212	1.357.415	1.565.775	1.072.212
Caixa e equivalentes no início do período	1.757.310	1.546.065	472.261	1.757.365	1.548.617	472.262
Caixa e equivalentes no fim do período	3.114.672	3.114.672	1.546.065	3.114.789	3.114.789	1.546.066
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente	(9)	(397)	(1.592)	(9)	(397)	(1.592)
Aumento (redução) das disponibilidades	1.357.353	1.568.210	1.072.212	1.357.415	1.565.775	1.072.212
Transações que não envolveram caixa						
Provisão de Juros sobre o capital próprio	12.810	38.436	27.502	12.810	38.436	27.502
Integralização de capital com juros de capital próprio	-	-	9.857	-	-	9.857
Ajustes valor justo instrumentos disponíveis para venda	576	576	-	576	576	-
Aumento de capital - pagamentos baseados em ações	212	212	545	212	212	545
Dividendos a receber	1.198	4.198	13.365	1.198	4.198	13.365
Atualização TVM x PL	(5)	(31)	77	(5)	(31)	77

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do valor adicionado consolidadas

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas	431.540	821.583	639.647	463.538	868.127	662.241
Intermediação financeira	462.081	845.049	666.601	467.198	850.885	669.990
Prestação de serviços	55.947	94.116	38.136	78.659	130.457	57.396
Operações de vendas de trasf. de ativos financeiros	-	-	(7)	-	-	(7)
Obrigações por empréstimos e repasses	(954)	(2.050)	(1.786)	(954)	(2.050)	(1.786)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(77.520)	(130.959)	(57.607)	(77.520)	(130.959)	(57.607)
Outras receitas/despesas operacionais	(3.203)	(16.384)	12.293	966	(11.981)	12.238
Não operacionais	(4.811)	31.811	(17.983)	(4.811)	31.775	(17.983)
Despesas da intermediação financeira	132.275	251.064	232.467	135.114	253.631	232.128
Materiais e serviços adquiridos de terceiros	157.992	290.390	179.796	164.411	299.328	181.444
Materiais, energias e outros	147.204	255.824	130.353	148.957	258.860	131.371
Serviços de terceiros	10.788	34.566	49.443	15.454	40.468	50.073
Valor adicionado bruto (1-2-3)	141.273	280.129	227.384	164.013	315.168	248.669
Retenções	(8.724)	(13.838)	(2.592)	(8.841)	(14.050)	(2.608)
Depreciações e amortizações	(8.724)	(13.838)	(2.592)	(8.841)	(14.050)	(2.608)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5)	132.549	266.291	224.792	155.172	301.118	246.061
Valor adicionado recebido em transferência	9.403	15.863	10.037	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.403	15.863	10.037	-	-	-
Valor adicionado a distribuir (6+7)	141.952	282.154	234.829	155.172	301.118	246.061
Distribuição do valor adicionado	141.952	282.154	234.829	155.172	301.118	246.061
Pessoal e encargos	77.041	139.754	114.063	80.489	145.747	118.921
Remuneração direta	59.495	109.275	114.063	62.362	114.276	118.921
Benefícios	14.054	24.281	-	14.529	25.070	-
FGTS	3.492	6.198	-	3.598	6.401	-
Impostos, contribuições e taxas	26.166	54.559	46.112	33.119	64.653	50.299
Federais	23.529	50.139	46.112	29.686	59.033	50.299
Municipais	2.637	4.420	-	3.433	5.620	-
Aluguéis	4.867	8.961	6.912	5.020	9.149	7.007
Juros sobre o capital próprio	25.624	51.250	36.668	25.626	51.252	36.668
Dividendos distribuídos	12.813	12.813	-	12.813	12.813	0
Resultado retido no trimestre	(4.559)	14.817	31.074	(4.561)	14.815	33.166
Participação não controladores	-	-	-	2.666	2.689	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Inter S.A., fundado em 1994, iniciou suas atividades em março de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. O Banco é uma companhia aberta de direito privado, operando na forma de Banco Múltiplo.

A empresa é um banco de varejo digital multisserviços, com plataforma completa para pessoas físicas e jurídicas, atua em crédito com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal, Crédito para Empresas e Cartão de Crédito. A carteira de captação de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as seguintes linhas de captação: Poupança, Letra Imobiliária Garantida (LIG), Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF) e Depósitos à vista.

Ao longo do segundo semestre de 2019, foram lançadas novas linhas de seguros, além das novas categorias Shopping e Estacionamentos para incrementar nosso *marketplace*.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN são:

Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).

Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).

Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).

Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.

Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24.

Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).

Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.

Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).

Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).

Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Inter evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

A Resolução CMN 3.786/09 e a Circular Bacen 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN no 3.853/10 e a Carta Circular Bacen no 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações financeiras consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de administração em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda.
- Nota explicativa nº 9 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito.
- Nota explicativa nº 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Ramo de atividade	Participação no capital (%)	
		31/12/2019	31/12/2018
Inter Distribuidora de Títulos e Valores	Distribuidora de TVM	98,3%	98%
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros	Corretora de seguros	60,0%	100%
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda.	Administradora de fundos	99,9%	-
Inter Marketplace Ltda.	Prestação de serviços	99,9%	-
Inter Títulos Fundo de Investimento	Fundo de Investimento	98,1%	-

(i) Controladas

O Banco controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Banco e suas controladas obtiver o controle e até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, quando requeridas, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Banco e suas controladas contabilizam a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no resultado do período.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado como lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Banco e suas controladas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Apuração de resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 5.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

g. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos para negociação** - Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - trata-se de títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem intenção e dispõe de capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para

as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Banco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do exercício.

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta “Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido”. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

Para os derivativos classificados na categoria hedge contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de hedge.

i. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Banco Central do Brasil, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

j. Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda são classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, ou pelo valor de avaliação do imóvel, dos dois, o menor, conforme disposto na Circular Bacen nº 909/1.985.

As despesas antecipadas são correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 3.954/1989 e suas alterações.

k. Ativo permanente

(iv) Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

(v) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

(vi) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto, principalmente, por: (i) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (ii) Softwares e intangíveis gerados internamente amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

l. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderão valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes (quando aplicável): decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Com relação às bases de mensuração das provisões, a entidade deverá buscar, segundo o CPC 25, a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, considerando os riscos e incertezas envolvidos:

- Quando relevante, o efeito financeiro produzido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação; e
- os eventos futuros que possam alterar a quantia necessária para liquidar a obrigação.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Para os provisionamentos cíveis é realizado como base o ticket médio histórico das condenações nos últimos 24 meses e os provisionamentos trabalhistas são realizados com base no ticket médio histórico das condenações nos últimos 36 meses. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o ticket médio para todas as ações em trâmite em que exista a possibilidade de saída de recurso, presumindo-se uma estimativa confiável.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras.

n. Tributos

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015 e após a 31 de dezembro de 2018	15%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018	20%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de janeiro de 2019 até 31 de março de 2020	15%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de março de 2020	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 01 de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). Referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL a serem utilizados sob as novas regras.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão em que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

- Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do exercício a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao exercício contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

q. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Inter S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

r. Lucro por ação

O lucro por ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

s. Pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios.

4 Segmentos operacionais

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo principal tomador de decisões operacionais na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco e suas controladas estão divididas basicamente em três segmentos: bancário, títulos e valores mobiliários e corretagem de seguros.

Resultado gerencial por Segmento

A mensuração do resultado gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas apuradas pelas empresas que compõem cada segmento, conforme distribuição apresentada a seguir. Não há receitas ou despesas comuns alocadas entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações intersegmentos são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a. Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela substantiva do resultado do Banco, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, empréstimos e adiantamentos a clientes e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

b. Segmento de títulos e valores mobiliários

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos de investimentos. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

c. Segmento de corretagem de seguros

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a garantias, seguros de vida, patrimonial e automóvel. As receitas de comissões de corretagem de seguros são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

d. Segmento de prestação de serviços

Nesse segmento são oferecidos serviços de corretagem, intermediação e mediação de negócios, serviços de desenvolvimento de sistema informatizados, exploração de direitos do uso dos sistemas próprios ou de terceiros, processamento de dados, atividades de pesquisa inovação

tecnológica, atividades de tratamento de dados, hospedagem, portais, provedores e serviços de internet. As receitas compreendem as contraprestações recebidas ou a receber pela prestação do serviço.

e. Segmento de fundo de investimento

Este segmento registra a rentabilidade das cotas em fundos de investimentos imobiliários, conforme política de investimento definida no Regulamento do Fundo, preponderantemente pelo investimento em ativos financeiros de origem imobiliária, incluindo títulos e valores mobiliários e/ou seus direitos permitidos aos fundos de investimentos imobiliários, conforme designados na Instrução CVM 472/2008.

Demonstração do resultado gerencial por segmento

	31/12/2019							
	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Prestação de serviços	Fundo de Investimento	Corretagem de Seguros	Combinado Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira								
Operações de crédito	644.187	-	-	-	-	644.187	-	644.187
Rendas de operações de câmbio	431	-	-	-	-	431	-	431
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	139.451	280	-	171	205	140.107	(656)	139.451
Resultado com títulos e valores mobiliários	56.745	2.079	15	5.809	-	64.648	(2.067)	62.581
Instrumentos financeiros derivativos	4.235	-	-	-	-	4.235	-	4.235
	845.049	2.359	15	5.980	205	853.608	(2.723)	850.885
Despesas da intermediação financeira								
Operações de captação no mercado	(251.064)	(40)	-	(8)	-	(251.112)	(2.519)	(253.631)
Operações empréstimos e repasses	(2.050)	-	-	-	-	(2.050)	-	(2.050)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.959)	-	-	-	-	(130.959)	-	(130.959)
	(384.073)	(40)	-	(8)	-	(384.121)	(2.519)	(386.640)
Resultado bruto da intermediação financeira	460.976	2.319	15	5.972	205	469.487	(5.242)	464.245
Outras receitas (despesas) operacionais								
Rendas de prestação de serviços	94.116	17.471	-	-	18.870	130.457	-	130.457
Despesas de pessoal	(162.192)	(2.565)	-	-	(4.441)	(169.198)	-	(169.198)
Outras despesas administrativas	(313.189)	(6.892)	(210)	(888)	(1.351)	(322.530)	-	(322.530)
Despesas tributárias	(36.646)	(1.739)	(1)	-	(1.275)	(39.661)	-	(39.661)
Resultado de participações em controladas	15.863	-	-	-	-	15.863	(15.863)	-
Outras receitas operacionais	52.304	2.352	-	389	1.864	56.909	-	56.909
Outras despesas operacionais	(68.688)	(67)	-	(68)	-	(68.823)	(67)	(68.890)
	(418.432)	8.560	(211)	(567)	13.667	(396.983)	(15.930)	(412.913)
Resultado operacional	42.544	10.879	(196)	5.405	13.872	72.504	(21.172)	51.332
Resultado não operacional	31.811	-	-	-	(38)	31.773	-	31.775
Resultado antes da tributação sobre o lucro	74.355	10.879	(196)	5.405	13.834	104.277	(21.172)	83.107
Provisão para imposto de renda	-	(2.199)	-	-	(1.690)	(3.889)	-	(3.889)
Provisão para contribuição social	-	(1.353)	-	-	(617)	(1.970)	-	(1.970)
Ativo fiscal diferido	4.525	(270)	66	-	-	4.321	-	4.321
	4.525	(3.822)	66	-	(2.307)	(1.538)	-	(1.538)
Resultado do período	78.880	7.057	(130)	5.405	11.527	102.739	(21.172)	81.569
Total dos ativos	10.062.373	48.297	4.885	56.198	11.095	10.182.848	(163.270)	10.019.578
Total dos passivos	7.861.356	11.843	14	792	4.814	7.878.819	(59.193)	7.819.626
Total do patrimônio líquido	2.201.017	36.454	4.871	55.406	6.281	2.304.029	(104.077)	2.199.952

31/12/2018						
	Bancário	Títulos e Valores Mobiliários	Corretagem de Seguros	Consolidado Banco Inter	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas da intermediação financeira						
Operações de crédito	559.021	-	-	559.021	-	559.021
Rendas de operações de câmbio	1.669	-	-	1.669	-	1.669
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	61.952	97	313	62.362	(410)	61.952
Resultado com títulos e valores mobiliários	20.602	3.389	-	23.991	-	23.991
	643.244	3.486	313	647.043	(410)	646.633
Despesas da intermediação financeira						
Operações de captação no mercado	(215.835)	(71)	-	(215.906)	410	(215.496)
Operações empréstimos e repasses	(1.786)	-	-	(1.786)	-	(1.786)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(57.607)	-	-	(57.607)	-	(57.607)
Operações de vendas de transf. de ativos financeiros (despesa)	(7)	-	-	(7)	-	(7)
Operações com derivativos	(16.632)	-	-	(16.632)	-	(16.632)
	(291.867)	(71)	-	(291.938)	410	(291.528)
Resultado bruto da intermediação financeira	351.377	3.415	313	355.105	-	355.105
Outras receitas (despesas) operacionais						
Rendas de prestação de serviços	38.136	1.558	17.701	57.395	-	57.396
Despesas de pessoal	(114.062)	(1.618)	(3.240)	(118.920)	-	(118.920)
Outras despesas administrativas	(163.351)	(1.049)	(710)	(165.110)	-	(165.094)
Despesas tributárias	(24.726)	(399)	(1.129)	(26.254)	-	(26.254)
Resultado de participações em controladas	10.037	-	-	10.037	(10.037)	-
Outras receitas operacionais	38.647	30	153	38.830	-	38.830
Outras despesas operacionais	(28.946)	(233)	(3.473)	(32.652)	(3.452)	(29.200)
	(244.265)	(1.711)	9.302	(236.674)	(13.489)	(243.242)
Resultado operacional	107.112	1.704	9.615	118.431	(13.489)	111.863
Resultado não operacional	(17.983)	-	-	(17.983)	-	(17.983)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	89.129	1.704	9.615	100.448	(21.170)	93.880
Provisão para imposto de renda	(5.444)	(260)	(1.469)	(7.174)	-	(7.174)
Provisão para contribuição social	(4.714)	(233)	(538)	(5.485)	-	(5.485)
Ativo fiscal diferido	(11.229)	(157)	-	(11.386)	-	(11.386)
	(21.387)	(650)	(2.007)	(24.045)	-	(24.045)
Resultado do período	67.742	1.054	7.608	76.404	(8.040)	69.835
31/12/2018						
Total dos ativos	5.640.962	20.355	5.226	5.666.543	(25.199)	5.641.344
Total dos passivos	4.692.181	7.735	1.128	4.701.044	(8.734)	4.692.310
Total do patrimônio líquido	948.781	12.620	4.098	965.499	(16.465)	949.034

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	93.995	10.478	94.112	10.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez* vide Nota 6	3.020.677	1.535.587	3.020.677	1.535.587
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.114.672	1.546.065	3.114.789	1.546.066

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

6 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações em operações	3.020.677	1.535.587
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	499.996	140.294
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.420.682	108.000
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	99.999	1.287.293
Aplicações em depósitos	229.088	150.300
CDI - ABC do Brasil	14.820	14.791
CDI - Banco BS2 S.A.	5.133	5.361
CDI - Banco Itaú S.A.	29.555	28.310
CDI - Banco Safra S.A.	-	20.524
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	30.643	60.652
CDI - Operações vinculadas ao crédito ru	148.937	20.662
Total	3.249.765	1.685.887
Circulante	3.249.765	1.671.274
Não circulante	-	14.613

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2019		
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em CDI	67.603	161.485	229.088
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	499.996	-	499.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	2.420.682	-	2.420.682
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	99.999	-	99.999
Total	3.088.280	161.485	3.249.765

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2018			
Título	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Aplicações em CDI	88.582	47.105	14.613	150.300
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	140.294	-	-	140.294
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	108.000	-	-	108.000
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.287.293	-	-	1.287.293
Total	1.624.169	47.105	14.613	1.685.887

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos em aplicações no mercado aberto com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e

resgatáveis a qualquer momento foram considerados como equivalentes de caixa, os quais totalizavam R\$3.020.677(2018: R\$1.546.066).

Os saldos remanescentes de aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 24 meses da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

Controladora e Consolidado			
	2º Semestre de 2019	Acumulado 2019	Acumulado 2018
Posição Bancada	73.109	120.933	52.739
Posição Financiada	6.256	8.720	1.163
Depósitos Interfinanceiros	5.456	9.798	8.050
Total	84.821	139.451	61.952

7 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados, substancialmente, por Títulos Públicos Federais (LFTs), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e pelos valores atualizados das cotas de fundos de investimentos.

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Carteira própria	961.574	297.793	951.046	303.415
Títulos Públicos	117.524	199.439	118.257	200.772
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	117.524	199.439	118.257	200.772
Títulos Privados	844.050	98.354	832.789	102.643
Certificados de Recebíveis Imobiliários	136.217	35.065	113.404	37.241
Certificados de depósitos bancários	-	-	4.371	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	781	19
Letra de crédito imobiliário	-	-	139	-
Letra de crédito agrícola	-	-	594	-
Debêntures	260.409	-	266.076	2.071
Cotas de fundo de investimento	447.424	63.289	447.424	63.312
Vinculados a prestação de garantias	203.447	10.981	203.343	10.981
Títulos Privados	5.389	-	5.388	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.389	-	5.388	-
Títulos Públicos	198.058	10.981	197.955	10.981
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - Garantia	198.058	10.981	197.955	10.981
Subtotal de títulos e valores mobiliários	1.165.021	308.774	1.154.389	314.396
Circulante	498.124	63.290	514.144	63.310
Não circulante	666.897	245.484	640.245	251.086
Instrumentos financeiros derivativos	(20.941)	(996)	(20.941)	(996)
Swaps	(20.941)	(996)	(20.941)	(996)
Total	1.144.080	307.778	1.133.448	313.400

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco Inter possuía obrigações com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ (20.941), (2018:R\$ (996)).

As aplicações em cotas de fundos de investimentos, estão classificadas na categoria “para negociação”, levando em consideração a intenção da administração para operacionalizar estes títulos.

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

Classificação por tipo de títulos e vencimento:

Controladora								
31/12/2019								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	52.140	189.957	70.191	-	312.288	312.242	46
Certificados de recebíveis imobiliários	-	264	-	98.716	43.771	142.751	142.751	-
Mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	11.740	88.195	160.409	-	260.344	260.344	-
Para negociação								
Cotas de fundo de investimento	433.980	-	15.658	-	-	449.638	449.638	-
Total	433.980	64.144	293.810	329.316	43.771	1.165.021	1.164.975	46
Total do Circulante							498.124	
Total do não Circulante							666.897	

Controladora							
31/12/2018							
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	82.445	127.975	210.420	210.483	(63)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	35.064	35.064	35.064	-
Cotas de fundo de investimento	63.290	-	-	-	63.290	63.290	-
Total	63.290	-	82.445	163.039	308.774	308.837	(63)
Total do Circulante						63.290	
Total do não Circulante						245.484	

Consolidado								
31/12/2019								
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda								
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	52.404	189.957	168.907	17.119	428.387	428.341	46
Certificados de recebíveis imobiliários	-	52.140	189.957	70.191	-	312.288	312.242	46
Certificados de recebíveis agrícolas	-	264	-	98.716	17.119	116.099	116.099	-
Mantidos até o vencimento								
Debêntures	-	11.740	88.195	160.409	-	260.344	260.344	-
Para negociação								
Cotas de fundo de investimento	450.000	-	15.658	-	-	465.658	465.658	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	433.980	-	15.658	-	-	449.638	449.638	-
Letras de Crédito Imobiliário (LCI)	629	-	-	-	-	629	629	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	140	-	-	-	-	140	140	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	3.839	-	-	-	-	3.839	3.839	-
Certificados de Depósitos bancários	781	-	-	-	-	781	781	-
Debêntures	4.371	-	-	-	-	4.371	4.371	-
Letras de Crédito Agrícola (LCA)	5.667	-	-	-	-	5.667	5.667	-
Cotas de fundo de investimento	593	-	-	-	-	593	593	-
Total	450.000	64.144	293.810	329.316	17.119	1.154.389	1.154.343	46
Total do Circulante							514.144	
Total do não Circulante							640.245	

Consolidado							
31/12/2018							
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado	Ganhos (perdas) não realizados
Disponível para venda							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	82.445	127.975	1.334	211.754	210.483	1.271
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	6	37.235	-	37.241	37.241	-
Certificados de Recebíveis Agrícolas	-	-	20	-	20	20	-
Debêntures	-	-	380	1.691	2.071	2.071	-
Cotas de fundo de investimento	63.310	-	-	-	63.310	63.310	-
Total	63.310	82.451	165.610	3.025	314.396	313.125	1.271
Total do Circulante							63.310
Total do não Circulante							251.086

As rendas de títulos e valores mobiliários e operações com derivativos foram:

	Controladora		
	2º Semestre de 2019	Acumulado 2019	Acumulado 2018
Rendas de títulos de renda fixa	10.561	17.723	16.797
Rendas de aplicações em fundos de investimento	36.671	39.022	3.805
Resultado com títulos e valores mobiliários	47.232	56.745	20.602
Operações com derivativos	2.247	4.235	-
Total	49.479	60.980	20.602

	Consolidado		
	2º Semestre de 2019	Acumulado 2019	Acumulado 2018
Rendas de títulos de renda fixa	12.503	20.384	20.186
Rendas de aplicações em fundos de investimento	39.846	42.197	3.805
Resultado com títulos e valores mobiliários	52.349	62.581	23.991
Operações com derivativos	2.247	4.235	-
Total	54.596	66.816	23.991

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco Inter apresentou uma receita com operação de hedge no montante de R\$4.235 (31 de dezembro de 2018: despesa no montante de R\$16.632).

a. Instrumentos financeiros e derivativos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Banco tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, parte indexada ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa Depósito Interfinanceiro (DI). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M e IPCA, a administração optou por realizar operações de swap cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Banco deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, IPCA mais cupom e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

As operações foram realizadas via B3 e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco Inter possuía 11 contratos de swap ativos CDI x IGP-M, com Notional total de R\$216.989 (duzentos e dezesseis milhões e novecentos e oitenta e nove mil reais) e 6 contratos de swap ativos CDI x IPCA, com Notional total de R\$310.000 (trezentos e dez milhões de reais) registrados na B3 e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento. A operação de swap é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas.

As operações de swap do Banco Inter estão classificadas como Hedge Accounting ("Fair Value Hedge"), como proteção da exposição às alterações no valor justo de ativo reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo atribuível a um risco particular que possa afetar o resultado.

O instrumento de hedge (swap) foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados ao descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do período. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de hedge os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, para os quais são descontados o spread, realizando hedge somente do risco específico da carteira.

(i) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

Controladora e Consolidado							
31/12/2019							
	Contrato	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge
			Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IGPM	906722276	38.397	39.631	40.589	39.631	41.931	(2.300)
CDI x IGPM	906722594	35.842	36.994	37.900	36.994	38.900	(1.906)
CDI x IGPM	906722608	29.894	30.855	31.628	30.855	33.003	(2.148)
CDI x IGPM	906723043	17.550	18.114	18.589	18.114	19.571	(1.457)
CDI x IGPM	906723159	17.306	17.863	18.338	17.863	19.396	(1.533)
CDI x IGPM	906723160	12.000	12.297	12.389	12.297	12.906	(609)
CDI x IGPM	906723161	14.000	14.347	14.455	14.347	15.083	(736)
CDI x IGPM	906723162	11.500	11.771	11.866	11.771	12.327	(556)
CDI x IGPM	906723163	16.000	16.376	16.522	16.376	17.294	(918)
CDI x IGPM	906723164	11.000	11.259	11.360	11.259	11.951	(692)
CDI x IGPM	906723165	13.500	13.818	13.952	13.818	14.718	(900)
Total		216.989	223.325	227.588	223.325	237.080	(13.755)

Controladora e Consolidado							
31/12/2019							
	Contrato	Valor de Referência	Valor de Custo		Valor de Mercado		Ganho (perda) operação hedge
			Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
CDI x IPCA	905638565	80.000	82.978	83.008	82.978	83.004	(26)
CDI x IPCA	905638573	60.000	62.233	61.893	62.233	62.523	(290)
CDI x IPCA	905638581	60.000	62.233	62.044	62.233	63.609	(1.376)
CDI x IPCA	905638590	50.000	51.861	51.776	51.861	53.715	(1.854)
CDI x IPCA	905638603	10.000	10.372	10.382	10.372	10.914	(542)
CDI x IPCA	905638611	50.000	51.861	51.955	51.861	54.959	(3.098)
Total		310.000	321.538	321.058	321.538	328.724	(7.186)

Controladora e Consolidado							
31/12/2018							
	Valor de Referência	Valor de Custo		Ajuste MTM Hedge	Valor de Mercado		Valor Diferencial (a pagar) a receber
		Banco	Contraparte		Banco	Contraparte	
CDI x IGP-M 60421339	50.000	63.941	65.647	710	63.941	64.937	(996)
Total	50.000	63.941	65.647	710	63.941	64.937	(996)

8 Relações Interfinanceiras

As relações interfinanceiras são compostas, principalmente, por créditos vinculados a depósitos efetuados no Banco Central do Brasil para cumprimento das exigibilidades sobre depósitos e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por moedas eletrônicas e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva) e são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO		
Outros Sistemas de Liquidação	24.014	-
Depósitos Banco Central - Moeda Eletrônica	-	49.528
Depósitos Banco Central - Outros	76.779	22.090
Depósitos Banco Central - Reservas Compulsórias	315.501	18.500
Total	416.294	90.118
PASSIVO		
Valores a pagar a Instituições Financeiras	(641.759)	(265.081)
Outros Sistemas de Liquidação	-	-
Total	(641.759)	(265.081)

9 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por empréstimos e financiamentos com garantia imobiliária, operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento.

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/1999, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

Operações de Crédito	31/12/2019	% carteira	31/12/2018	% carteira
Pessoa jurídica	251.416	5,27%	177.923	5,32%
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	557.552	11,68%	360.526	10,77%
Financiamentos imobiliários	1.352.509	28,33%	1.071.725	32,02%
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária Pessoa física	605.938	12,69%	514.970	15,39%
Financiamentos Rurais	1.500	0,03%	-	0,00%
Pessoa física	1.189.207	24,91%	874.375	26,12%
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	17.078	0,36%	(709)	-0,02%
Subtotal de operações de crédito	3.975.200		2.998.810	
Total do circulante	1.093.280		824.158	
Total do não circulante	2.881.920		2.174.652	
Outros créditos				
Outros créditos com característica de concessão de crédito	164.126		83.687	
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	634.081		264.549	
Outros créditos com característica de concessão de crédito	798.207		348.236	
Total de outros créditos (circulante - nota 10)	788.342	16,52%	340.833	10,18%
Total de outros créditos (não circulante - nota 10)	9.865	0,21%	7.403	0,22%
Subtotal de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	798.207		348.236	
	4.773.407	100,00%	3.347.046	100,00%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(86.925)		(36.130)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(52.462)		(51.168)	
Total (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(139.387)		(87.298)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (circulante) (nota 10)	(5.926)		(2.508)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (não circulante) (nota 10)	(75)		(64)	
Total (-) Provisão para perdas com outros créditos	(6.001)		(2.572)	
Total (-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(145.388)		(89.870)	
Total	4.628.019		3.257.176	

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

31/12/2019					
Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa Jurídica	6.545	67.606	79.844	97.421	251.416
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	5.127	34.031	99.119	419.275	557.552
Financiamentos Imobiliários	12.684	41.521	116.183	1.182.121	1.352.509
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	9.026	21.044	50.585	525.283	605.938
Financiamento rural	-	1.500	0	-	1.500
Pessoas físicas	160.185	172.395	198.807	657.820	1.189.207
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	17.078	-	-	-	17.078
Total operação de crédito	210.645	338.097	544.538	2.881.920	3.975.200
Outros créditos com característica de op. de crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	276	151.241	2.747	9.862	164.126
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado loja	-	620.309	13.769	3	634.081
Total outros créditos com característica de op. de crédito	276	771.550	16.516	9.865	798.207
Total operação de crédito	210.921	1.109.647	561.054	2.891.785	4.773.407

31/12/2018					
Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa Jurídica	4.814	83.945	51.002	38.162	177.923
Empréstimo PJ - Garantia imobiliária	3.448	21.368	58.899	276.811	360.526
Financiamentos Imobiliários	12.435	32.620	81.591	945.079	1.071.725
Empréstimo PF - Garantia imobiliária	8.902	18.075	45.687	442.306	514.970
Pessoas físicas	56.005	170.455	175.621	472.294	874.375
Ajuste de operações de crédito objeto de hedge	-	(709)	-	-	(709)
Total operação de crédito	85.604	325.754	412.800	2.174.652	2.998.810
Outros créditos com característica de op. De crédito					
Outros créditos com características de concessão de crédito	6.795	67.121	2.368	7.403	83.687
Cartão de crédito - compra à vista e parcelado loja	-	264.549	-	-	264.549
Total outros créditos com característica de op. De crédito	6.795	331.670	2.368	7.403	348.236
Total operação de crédito	92.399	657.424	415.168	2.182.055	3.347.046

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating) e por atividade econômica

31/12/2019			31/12/2018		
	Percentual mínimo de provisão	Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA	-	653.180	-	432.268	-
A	0,50%	3.502.686	(22.703)	2.472.641	(12.363)
B	1,00%	275.525	(2.755)	191.106	(1.911)
C	3,00%	130.447	(3.913)	112.853	(3.386)
D	10,00%	46.854	(4.685)	42.999	(4.300)
E	30,00%	45.658	(13.697)	24.987	(7.496)
F	50,00%	31.021	(15.510)	11.882	(5.941)
G	70,00%	19.704	(13.793)	12.792	(8.955)
H	100,00%	68.332	(68.332)	45.518	(45.518)
Total		4.773.407	(145.388)	3.347.046	(89.870)

c.1 Composição PCLD por atividade econômica

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Pessoa jurídica	(3.390)	(1.841)
Empréstimos pessoa jurídica com garantia imobiliária	(6.014)	(7.975)
Financiamentos imobiliários	(23.645)	(23.156)
Empréstimos pessoa física com garantia imobiliária	(10.306)	(13.752)
Financiamento Rural	(8)	-
Pessoa física	(96.024)	(40.573)
Outros Créditos	(6.001)	(2.573)
Total	(145.388)	(89.870)

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, o total de créditos recuperados foi de R\$23.894 (31 de dezembro de 2018: R\$31.936), o de créditos renegociados foi de R\$68.977 (31 de dezembro de 2018: R\$ 3.040) e de créditos baixados como prejuízo foi de R\$75.320 (31 de dezembro de 2018: R\$52.949).

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(112.074)	(89.870)	(85.212)
Provisão constituída	(90.124)	(153.991)	(34.695)
Reversão de provisão	12.725	23.153	5.914
Baixas para prejuízo	44.085	75.320	24.123
Saldo final	(145.388)	(145.388)	(89.870)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 9a)	(139.387)	(139.387)	(87.298)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 10)	(6.001)	(6.001)	(2.572)

e. Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Controladora e Consolidado		
	2º Semestre de 2019	Acumulado 2019	Acumulado 2018
Provisão constituída	(90.245)	(154.112)	(70.370)
Reversão de provisão	12.725	23.153	12.763
Despesa de PCLD líquida de recuperações	(77.520)	(130.959)	(57.607)

f. Rendas de operações de crédito

Controladora e Consolidado			
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas Pessoa jurídica	62.590	115.215	86.210
Rendas Financiamentos imobiliários	78.523	158.815	160.083
Rendas Empréstimos imobiliários	54.540	109.673	104.437
Rendas Pessoa física	133.723	251.932	199.712
Renda bruta de operações de crédito	329.376	635.635	550.442
Recuperação de créditos baixados	13.721	23.894	31.936
(-) Despesas de comissões pagas	(7.891)	(15.342)	(23.357)
Total	335.206	644.187	559.021

10 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Carteira de câmbio	33	15	33	15
Adiantamentos a terceiros	766	934	3.471	3.722
Impostos e contribuições a compensar	8.811	2.232	9.694	2.781
Negociação e intermediação de valores	2.214	2.020	2.214	2.020
Outras rendas a receber	-	-	2.982	1.250
Devedores diversos (a)	103.292	66.418	108.097	72.255
Créditos tributários (d)	51.958	36.080	52.095	36.421
Cheques a receber	-	734	-	734
Bonificações a receber	18.304	10.508	18.304	10.508
Valores a receber relativos a transações de pagamentos (Nota 8) (b)	634.081	264.549	634.081	264.549
Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8) (b)	154.261	76.284	154.261	76.284
(-) Provisão para outros créditos (Nota 8)	(5.926)	(2.508)	(5.926)	(2.508)
Total circulante	967.794	457.266	979.306	468.031
Créditos tributários (d)	9.275	1.124	9.275	1.124
Depósito em garantia (c)	1.099	1.030	1.099	1.030
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 8) (b)	9.865	7.403	9.865	7.403
(-) Provisão para outros créditos (Nota 8)	(75)	(64)	(75)	(64)
Total não circulante	20.164	9.493	20.164	9.493
	987.958	466.759	999.470	477.524

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$49.073 (2018: R\$53.734), recompra de operações de crédito no valor de R\$3.323 (2018: R\$3.629), devedores diversos de bens não de uso no valor de R\$33.988 (2018: R\$0), convênios no valor de R\$3.557 (2018:0), outros valores R\$13.351 (2018: R\$7.286).
- (b) Referem-se a acordos com operações de crédito pessoal, imobiliário e com pessoas jurídicas, assim como operações a receber de cartão de crédito.
- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$957 (2018: R\$905); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$139 (2018: R\$125).
- (d) Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito. A totalidade desses créditos tem sua realização estimada até 2020.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2020.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 4,44% a.a.), está descontado de R\$4.046, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$61.233 em 31 de dezembro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 01 de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). Referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos de CSLL a serem utilizados sob as novas regras, conforme demonstrado abaixo:

Itens-base do diferimento	Controladora 31/12/2019		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	100.371	100.371	43.978
Provisão sob ações cíveis e fiscais	13.880	13.880	6.246
Provisão sob processos trabalhistas	3.678	3.678	1.655
Prejuízo fiscal	51.804	51.804	23.312
Marcação a mercado	(27.530)	(27.530)	(12.389)
Diferenças temporárias diversas	(3.487)	(3.487)	(1.569)
Total	138.716	138.716	61.233
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 15% para CSLL	23.776	23.776	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	5.944	3.566	9.510
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL	114.940	114.940	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	28.735	22.988	51.723
Crédito tributário diferido total	34.679	26.554	61.233
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	92.975	92.975	37.190
Constituição do período	89.519	89.519	41.554
Realização do período	(43.778)	(43.778)	(17.511)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2019	138.716	138.716	61.233
		Circulante	51.958
		Não Circulante	9.275

Controladora			
31/12/2018			
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.994	68.994	27.597
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.233	14.233	5.693
Provisão sob processos trabalhistas	3.947	3.947	1.579
Provisão para desvalorização de bens	276	276	124
Diferenças temporárias diversas	2.268	2.268	907
Operações de <i>hedge</i>	3.257	3.257	1.303
Base de cálculo	92.975	92.975	37.203
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	23.244	13.959	37.203
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	76.763	76.763	34.543
Constituição do período	87.803	87.803	39.511
Realização do período	(71.591)	(71.591)	(32.216)
Efeito redução alíquota CSLL	-	-	(4.634)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	92.975	92.975	37.204
		Circulante	36.080
		Não Circulante	1.124

Consolidado			
31/12/2019			
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	100.371	100.371	43.978
Provisão sob ações cíveis e fiscais	13.880	13.880	6.246
Provisão sob processos trabalhistas	3.678	3.678	1.655
Prejuízo fiscal	52.109	52.109	23.449
Marcação a mercado	(27.530)	(27.530)	(12.389)
Diferenças temporárias diversas	(3.487)	(3.487)	(1.569)
Total	139.021	139.021	61.370
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 15% para CSLL	23.776	23.776	
Alíquota	25%	15%	
Crédito tributário diferido atual	5.944	3.566	9.510
Base de cálculo à alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL	115.245	115.245	
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	28.811	23.049	51.860
Crédito tributário diferido total	34.755	26.615	61.370
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	93.827	93.827	37.545
Constituição do período	89.519	89.519	41.554
Realização do período	(44.325)	(44.325)	(17.729)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2019	139.021	139.021	61.370
		Circulante	52.095
		Não Circulante	9.275

	Consolidado		
	31/12/2018		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Itens-base do diferimento			
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.994	68.994	27.598
Provisão sob ações cíveis e fiscais	14.233	14.233	5.693
Provisão sob processos trabalhistas	3.947	3.947	1.579
Provisão para desvalorização de bens	276	276	124
Diferenças temporárias diversas	2.268	2.268	907
Operações de hedge	3.257	3.257	1.303
Prejuízo fiscal	852	852	341
Base de cálculo	93.827	93.827	37.545
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	23.457	18.765	42.222
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2017	77.869	77.869	35.041
Constituição do período	88.048	88.048	39.622
Realização do período	(72.090)	(72.090)	(32.441)
Efeito redução alíquota	-	-	(4.677)
Créditos tributários em 31 de dezembro de 2018	93.827	93.827	37.545
		Circulante	36.421
		Não Circulante	1.124

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado, conforme demonstrado abaixo:

Período	Controladora					
	31/12/2019					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2020	118.148	115.032	29.843	29.075	17.906	17.445
2021	20.568	19.638	5.153	4.909	3.092	2.946
Total do circulante	118.148	115.032	29.537	28.758	22.440	21.848
Total do não circulante	20.568	19.638	5.142	4.910	4.114	3.928
Total geral	138.716	134.670	34.679	33.668	26.554	25.776

Período	Controladora					
	31/12/2018					
	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	90.200	85.586	22.550	21.397	13.530	12.838
2020	2.775	2.588	703	656	421	393
Total do circulante	90.200	85.586	22.550	21.397	13.530	12.838
Total do não circulante	2.775	2.588	703	656	421	393
Total geral	92.975	88.174	23.253	22.052	13.951	13.231

Consolidado						
31/12/2019						
Período	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2020	118.453	115.032	29.843	29.075	17.906	17.445
2021	20.568	19.638	5.153	4.909	3.092	2.946
Total do circulante	118.453	115.032	29.613	28.758	22.501	21.851
Total do não circulante	20.568	19.638	5.142	4.910	4.114	3.928
Total geral	139.021	134.670	34.755	33.668	26.615	25.779

Consolidado						
31/12/2018						
Período	Base créditos diferidos		IR		CSLL	
	Base do crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2019	91.051	87.385	22.763	21.846	13.658	13.108
2020	2.776	2.588	703	655	421	392
Total do circulante	91.051	87.385	22.763	21.846	13.658	13.108
Total do não circulante	2.776	2.588	703	655	421	392
Total geral	93.827	89.973	23.466	22.502	14.079	13.501

11 Outros valores e bens

<i>Bens não de uso próprio (a)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de uso próprio	136.111	88.636	136.111	88.636
Estoque de materiais	2.863	1.571	2.863	1.571
Provisão para desvalorização	-	(277)	-	(277)
	138.974	89.930	138.974	89.930
<i>Despesas antecipadas (b)</i>				
Despesas antecipadas correspondentes	-	9.021	-	9.021
Deságio na colocação de títulos	163	648	164	648
Outras despesas antecipadas	28.507	10.445	27.767	10.470
	28.670	20.114	27.931	20.139
Total	167.644	110.044	166.905	110.069
Circulante	148.780	97.205	148.040	97.230
Não circulante	18.864	12.839	18.865	12.839

- (a) Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e consolidações. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. O saldo em 2019 da provisão é R\$0 (2018: R\$277).
- (b) As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.294/2013.

12 Investimentos

Os ajustes dos investimentos são realizados pelo método de equivalência patrimonial e pelo custo, conforme demonstrado abaixo:

Empresas controladas	Nota	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de Equivalência		
					31/12/2019	31/12/2018	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Inter Digital Corretora e Consultoria de Seguros Ltda.	a.	100	6.281	60,00%	3.769	4.098	3.711	9.057	5.429
Inter Marketplace Ltda.	a.	5.000	4.871	99,99%	4.870	-	(129)	(129)	-
Inter DTVM Ltda.	a.	25.000	31.592	98,3333%	31.066	12.367	5.913	7.070	4.608
Inter Asset Gestão de Recursos Ltda.	a.	5.000	4.862	99,99%	4.861	-	(92)	(135)	-
Total					44.566	16.465	9.403	15.863	10.037
Outros Investimentos	b.				1.105	1.105	-	-	-
Total geral Investimentos					45.671	17.570	9.403	15.863	10.037

Em janeiro de 2019 foi constituída e adquirida pelo Banco a Inter Asset Gestão de Recursos Ltda., empresa administradora de fundos de investimentos.

Em 8 de maio de 2019, o Banco celebrou um contrato de compra e venda de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Interseguros"), com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz"), por meio da qual o Banco se comprometeu a alienar 40% das quotas de emissão da Interseguros por valor correspondente a R\$114 milhões, sendo (i) R\$45 milhões fixos e pagos na data de fechamento e (ii) R\$69 milhões variáveis, nos termos do contrato de compra e venda de quotas, divididos em quatro parcelas anuais, as quais estão sujeitas a ajustes de acordo com a performance financeira da Interseguros, aferida pelo seu EBITDA, calculado com base nas demonstrações financeiras em IFRS da Interseguros. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 07 de junho de 2019, e une a plataforma digital com mais de 2 milhões de clientes do Banco, com a expertise de 45 anos da Wiz em gestão de canais de distribuição de seguridade e serviços bancários, criando um relevante canal digital de distribuição de seguridade do Brasil.

a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em controladas".

b. Outros investimentos

No exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$ 1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

13 Intangível

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
a. Intangível	Taxa anual amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	15.475	(11.309)	4.166	6.274	(1.153)	5.121
Software	20%	3.595	(36)	3.559	1	(181)	(180)
Intangível em andamento		70.054	-	70.054	21.099	-	21.099
Total de Intangível		89.124	(11.345)	77.779	27.374	(1.334)	26.040
		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
a. Intangível	Taxa anual amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor residual
Direito de Uso	20%	15.503	(11.338)	4.165	6.302	(1.175)	5.127
Software	20%	4.235	(242)	3.993	385	(186)	199
Intangível em andamento		71.087	-	71.087	21.099	-	21.099
Total de Intangível		90.825	(11.580)	79.245	27.786	(1.361)	26.425

a. Movimentação do intangível

Controladora				
Ativo intangíveis - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	3.839	2.436	21.100	27.375
Adições	11.637	1.159	48.953	61.749
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	15.476	3.595	70.053	89.124
Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.153)	(181)	-	(1.334)
Adições	(9.975)	(36)	-	(10.011)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	(11.128)	(217)	-	(11.345)
Total de intangível	4.348	3.378	70.053	77.779

Controladora				
Ativo intangíveis - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	975	-	-	975
Adições	5.298	2	21.099	26.399
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	6.273	2	21.099	27.374
Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	-17	-	-	(17)
Adições	-1.136	-181	-	(1.317)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(1.153)	(181)	-	(1.334)
Total de intangível	5.120	(179)	21.099	26.040

Consolidado				
Ativo intangível - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	3.868	2.819	21.099	27.786
Adições	11.637	1.415	49.987	63.039
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2019	15.505	4.234	71.086	90.825

Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.178)	(187)	-	(1.365)
Adições	(9.979)	(236)	-	(10.215)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 30/09/2019	(11.157)	(423)	-	(11.580)
Total de intangível	4.348	3.811	71.086	79.245

Consolidado				
Ativo intangível - custo histórico				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	1.004	-	-	1.004
Adições	5.302	381	21.099	26.782
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	6.306	381	21.099	27.786

Ativo intangível - amortização acumulada				
	Direito de Uso	Software	Intangível em andamento	Total
Saldo em 31/12/2017	(40)	-	-	(40)
Adições	(1.136)	(185)	-	(1.321)
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	(1.176)	(185)	-	(1.361)
Total de intangível	5.130	196	21.099	26.425

14 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

Controladora					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	2.094.127	-	-	-	2.094.127
Depósitos Poupança	307.098	-	-	-	307.098
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	29.210	106.594	203.486	2.270.189	2.609.479
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	2.430.435	106.594	203.486	2.270.189	5.010.704
Total do circulante					2.740.515
Total do não circulante					2.270.189

Controladora					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	619.655	-	-	-	619.655
Depósitos Poupança	73.778	-	-	-	73.778
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	25.578	223.838	211.066	1.182.350	1.642.832
Outros depósitos	58.170	-	-	-	58.170
Total geral	777.181	223.838	211.066	1.182.350	2.394.435
Total do circulante					1.212.085
Total do não circulante					1.182.350

Consolidado					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	2.088.132	-	-	-	2.088.132
Depósitos Poupança	307.098	-	-	-	307.098
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	29.210	106.594	203.486	2.257.994	2.597.284
Outros depósitos	-	-	-	-	-
Total geral	2.424.440	106.594	203.486	2.257.994	4.992.514
Total do circulante					2.734.520
Total do não circulante					2.257.994

Consolidado					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	618.288	-	-	-	618.288
Depósitos Poupança	73.778	-	-	-	73.778
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	25.578	223.838	211.066	1.179.800	1.640.282
Outros depósitos	58.170	-	-	-	58.170
Total geral	775.814	223.838	211.066	1.179.800	2.390.518
Total do circulante					1.210.718
Total do não circulante					1.179.800

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

Controladora					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	145.990	552.162	382.530	653.506	1.734.188
Letras de Crédito Agronegócio	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	11.186	-	11.186
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.704	12.704
Total geral	145.990	552.162	393.716	666.210	1.758.078
Total do circulante					1.091.868
Total do não circulante					666.210

Controladora					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	118.657	715.198	341.694	543.880	1.719.429
Letras de Crédito Agronegócio	-	20.115	-	-	20.115
Letras Financeiras	-	1.876	-	10.513	12.389
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.003	12.003
Total geral	118.657	737.189	341.694	566.396	1.763.936
Total do circulante					1.197.540
Total do não circulante					566.396

Consolidado					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	145.990	525.882	382.372	653.506	1.707.750
Letras de Crédito Agronegócio	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	11.186	-	11.186
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.704	12.704
Total geral	145.990	525.882	393.558	666.210	1.731.640
Total do circulante					1.065.430
Total do não circulante					666.210

Consolidado					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras de Crédito Imobiliário	118.657	715.198	341.694	543.880	1.719.429
Letras de Crédito Agronegócio	-	20.115	-	-	20.115
Letras Financeiras	-	1.876	-	10.513	12.389
Letras Imobiliárias Garantidas	-	-	-	12.003	12.003
Total geral	118.657	737.189	341.694	566.396	1.763.936
Total do circulante					1.197.540
Total do não circulante					566.396

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram emitidos R\$12 milhões em Letra Imobiliária Garantida (LIG) com percentual de remuneração de 98% do CDI. Em 31 de dezembro de 2019 esta emissão está garantida por financiamentos imobiliários para aquisição de imóveis residenciais no montante de R\$15.726 (2018: R\$ 20.391), aproximadamente 0,16% do ativo total.

Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 106,7% do CDI (31/12/2018: 108,2%).

c. Despesas com operações de captação no mercado

Controladora			
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de captação			
Depósitos Interfinanceiros	(2)	(2)	(162)
Despesa com Depósitos de poupança	(3.626)	(5.672)	(343)
Depósitos à prazo	(70.833)	(127.645)	(101.711)
Letra Imobiliária Garantida	(339)	(702)	-
Letras de Crédito Imobiliário	(57.151)	(116.213)	(111.981)
Letras de Crédito Agronegócio	-	(114)	(959)
Total	(131.951)	(250.348)	(215.156)
Despesas com obrigações por operações			
Letras financeiras	(324)	(716)	(679)
Total	(324)	(716)	(679)
Total das despesas com captação no mercado	(132.275)	(251.064)	(215.835)

Consolidado			
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de captação			
Depósitos Intefinanceiros	(2)	(2)	(162)
Despesa com Depósitos de poupança	(3.627)	(5.673)	(343)
Depósitos à prazo	(73.655)	(130.189)	(101.372)
Letra Imobiliária Garantida	(339)	(702)	-
Letras de Crédito Imobiliário	(57.152)	(116.214)	(111.981)
Certificado de crédito imobiliário	(14)	(21)	-
Letras de Crédito Agronegócio	-	(114)	(959)
Total	(134.789)	(252.915)	(214.817)
Despesas com obrigações por operações			
Despesa com Letras financeiras	(325)	(716)	(679)
Total	(325)	(716)	(679)
Total das despesas com captação no mercado	(135.114)	(253.631)	(215.496)

15 Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

Controladora e Consolidado					
31/12/2019					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	109	545	653	28.493	29.800
Total geral	109	545	653	28.493	29.800
Total do circulante					1.307
Total do não circulante					28.493

Controladora e Consolidado					
31/12/2018					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e repasses	110	558	670	30.648	31.996
Total geral	110	558	670	30.648	31.996
Total do circulante					1.338
Total do não circulante					30.648

16 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos devidos	17.176	9.836	18.251	9.836
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	114.859	90.088	117.343	97.436
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	4.300	1.365
Dividendos / Juros sobre capital próprio a pagar (nota 17d)	11.362	8.033	15.398	8.033
Operações de câmbio	-	1.695	-	1.695
Credores por recursos a liberar (c)	54.168	65.436	54.167	65.437
Valores a pagar a sociedades ligadas	8	-	609	-
Outras obrigações	327	94	2.791	244
Provisão para contingências (b)	18.515	19.086	18.514	19.085
Total	216.415	194.268	231.373	203.131
Circulante	194.931	175.329	209.889	184.191
Não circulante	21.484	18.940	21.484	18.940

- (a) Estes valores são representados principalmente por pagamentos a processar no valor de R\$60.472 (2018: R\$36.354), provisão para credores e fornecedores diversos de R\$37.774 (2018: R\$12.782), financiamentos a liberar no valor de R\$3.752 (2018: R\$5.726), cheque administrativo, no valor de R\$1.379 (2018: R\$5.732), provisões trabalhistas no valor de R\$11.482 (2018: R\$9.279).
- (b) Provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$17.559 (2018: R\$18.181), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20. compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$957 (2018: R\$905); cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 10); e

- (c) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

17 Transações com partes relacionadas

			31/12/2019		31/12/2018	
			Passivos	Despesas	Passivos	Despesas
Controlador (a)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 36 meses	92 a 102% CDI	(94.734)	(3.564)	(135.409)	(6.211)
Controladas (b)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 61 meses	90 a 102% CDI	(16.388)	(1.087)	(28.643)	(2.424)
Pessoal-chave da Administração (c)						
Captações (depósitos e letras)	3 a 40 meses	92 a 104% CDI	(11.822)	(797)	(5.878)	(3.336)
Outras partes relacionadas (d)						
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	3 a 59 meses	92 a 110% CDI	(426.059)	(10.595)	(320.800)	(18.268)

- (a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição;
- (b) qualquer entidade sob controle da instituição;
- (c) qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal;
- (d) quaisquer membros da família imediata do pessoal-chave da administração ou empresas por estes controladas;

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigente nas datas das operações.

O Banco possui também operações de aluguéis de imóveis junto a partes relacionadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as despesas com estes aluguéis totalizaram R\$3.387 (2018: R\$2.190).

A partir de 01 de janeiro de 2019, conforme resolução CMN nº 4.693, o Banco e suas controladas podem conceder operações de crédito para a suas partes relacionadas desde que observados os seguintes limites:

- 1% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa natural; e
- 5% do patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas para contratação com pessoa jurídica.

O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco possuía o montante de R\$46.651 em operações de crédito com partes relacionadas. Ademais, o Banco possuía saldos a receber de operações com cartões de crédito no montante de R\$1.647.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco é paga integralmente pelo Banco Inter S.A, sem o respectivo reembolso. O Banco possui plano de opção de compra de ações para os seus Administradores. Maiores informações sobre o plano estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

A remuneração dos Administradores do Banco Inter S.A para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de, aproximadamente, R\$11.626 (31 de dezembro de 2018: R\$9.509) ad referendum à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do período findo em 31 de dezembro de 2019, foram propostos juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$51.249 (2018: R\$ 36.670).

18 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente não dedutíveis no montante aproximado de R\$100.371 (2018: R\$ 68.994), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de dezembro de 2019, perfazia um montante de R\$40.148 (2018: R\$ 27.597).

Além disso, o Banco mantém bases de cálculo de créditos tributários relativas a: provisão para ações cíveis e fiscais, no valor de R\$14.487 (2018: R\$14.233); provisões trabalhistas, no valor de R\$3.678 (2018: R\$ 3.947); provisão para desvalorização de bens não de uso próprio, no valor de R\$0 (2018: R\$ 276); prejuízo fiscal, no valor de R\$25.541 (2018: R\$0) e decorrentes de outras diferenças temporárias no valor de R\$(3.487) (2018: R\$5.525). O total destes créditos tributários é de R\$21.656 (2018: R\$ 9.363).

A Administração, com base na Resolução CMN nº 3.059/2002, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 10 (d).

	2º Semestre 31/12/2019		Controladora			
	Imposto de renda	Contribuição social	31/12/2019 Imposto de renda	31/12/2019 Contribuição social	31/12/2018 Imposto de renda	31/12/2018 Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.934	26.934	74.355	74.355	89.129	89.129
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(25.626)	(25.626)	(51.252)	(51.252)	(36.668)	(36.668)
Equivalência patrimonial	(9.403)	(9.403)	(15.863)	(15.863)	(10.037)	(10.037)
PCLD, líquida	23.735	23.735	30.231	30.231	2.435	2.435
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	(5.284)	(5.284)
Provisões para contingências	(72)	(72)	(622)	(622)	6.792	6.792
Hedge	(2.248)	(2.248)	(9.063)	(9.063)	15.054	15.054
Despesas IPO	(50.221)	(50.221)	(50.221)	(50.221)	(30.867)	(30.867)
Lei do Bem	-	-	-	-	(8.083)	(8.083)
Outras, líquidas	(158)	(158)	(1.838)	(1.838)	1.097	1.097
Base de cálculo (antes da compensação de prejuízo fiscal)	(37.059)	(37.059)	(24.273)	(24.273)	23.568	23.568
Alíquota efetiva	1.918	1.918	-	-	(3.535)	(4.714)
Alíquota adicional (10%)	1.267	-	-	-	(2.333)	-
Incentivos fiscais	(77)	-	-	-	-	-
Benefício fiscal	-	-	-	-	424	-
IRPJ e CSLL diferidos	(2.394)	4.312	(756)	5.281	(3.447)	(7.782)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	714	6.230	(756)	5.281	(8.891)	(12.496)
Provisão para imposto de renda		3.108		-		(5.444)
Provisão para contribuição social		1.918		-		(4.714)
Ativo fiscal diferido		1.918		4.525		(11.229)
Total imposto de renda e contribuição social		6.944		4.525		(21.387)

	2º Semestre		Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Real						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.017	36.017	85.234	85.234	90.834	90.834
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(24.407)	(24.407)	(50.033)	(50.033)	(36.668)	(36.668)
Equivalência patrimonial	(9.403)	(9.403)	(15.863)	(15.863)	(10.037)	(10.037)
PCLD, líquida	23.735	23.735	30.231	30.231	2.435	2.435
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	(5.628)	(5.628)
Provisões para contingências	(72)	(72)	(622)	(622)	6.792	6.792
Hedge	(2.248)	(2.248)	(9.063)	(9.063)	15.054	15.054
Despesas IPO	(50.221)	(50.221)	(50.221)	(50.221)	(30.867)	(30.867)
Outras, líquidas	(158)	(158)	(1.838)	(1.838)	1.097	1.097
Base de cálculo	(26.757)	(26.757)	(12.175)	(12.175)	33.012	33.012
Dedução 30% prejuízo fiscal	(293)	(293)	(851)	(851)	-	-
Lucro real e base de cálculo	(27.050)	(27.050)	(13.026)	(13.026)	33.012	33.012
Apuração Lucro Presumido						
Receita de serviços	11.139	11.139	20.601	20.601	13.296	13.296
Lucro presumido (32%)	3.555	3.564	6.592	6.592	4.255	4.255
Outras receitas	65	65	206	206	256	256
Base de cálculo	3.620	3.629	6.798	6.798	4.511	4.511
Alíquota efetiva	209	429	(2.376)	(1.970)	(2.794)	(3.229)
Alíquota adicional (10%)	183	-	(1.513)	-	(1.809)	-
Incentivos fiscais / Deduções legais	(84)	-	-	-	80	-
IRPJ e CSLL diferidos	(2.441)	4.316	(829)	5.150	(6.275)	(5.409)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.133)	4.745	(4.718)	3.180	(10.798)	(8.638)
Provisão para imposto de renda		308		(3.889)		(4.523)
Provisão para contribuição social		429		(1.970)		(3.229)
Ativo fiscal diferido		1.875		4.321		(11.684)
Total imposto de renda e contribuição social		2.612		(1.538)		(19.436)

Não houve recolhimento por estimativa de imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 15 de abril de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em R\$627 mediante a emissão de até 123.123 novas ações preferenciais para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos, não se aplicando o direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição de novas ações, conforme previsto no §3º do art. 171 da Lei 6.404/1976.

Em 29 de julho de 2019, houve aumento de capital no âmbito da oferta pública primária, com esforços restritos de colocação, (a) de certificados de depósitos de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Units” e “Oferta Institucional”, respectivamente); e (b) exclusivamente aos acionistas do Banco que detinham, em 18 de julho de 2019, units, ações ordinárias e/ou ações preferenciais de emissão do Banco (“Acionistas”), de forma a assegurar, a tais Acionistas, o direito de prioridade, de ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e ações preferenciais (“Ações Preferenciais” e, em conjunto com as Ações Ordinárias, “Ações”) de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Oferta Prioritária” e, em conjunto com a Oferta Institucional, “Oferta”), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).

O capital social do Banco passou de R\$866.363.736,15 (oitocentos e sessenta e seis milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e seis reais e quinze centavos) para R\$2.114.051.736,15 (dois

bilhões, cento e quatorze milhões, cinquenta e um mil, setecentos e trinta e seis reais e quinze centavos), um aumento, portanto, no montante de R\$1.247.688.000 (um bilhão, duzentos e quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e oito mil reais), mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de 62.400.000 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e de 31.200.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 27 de setembro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração a reforma do estatuto social do Banco para a ratificação e atualização do valor do capital social do Banco, conforme aumento de capital deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2019, dentro do limite do capital autorizado e o número final de ações de emissão do Banco efetivamente emitidas, subscritas e integralizadas, tendo em vista a conclusão do novo período de conversão de ações de emissão do Banco de uma espécie em outra, conforme previsto no programa de emissão de certificados de depósitos ações do Banco, para a formação de units (“Units” e “Programa de Units”, respectivamente); de modo que o capital social do Banco passe a ser representado por ações nominativas, sem valor nominal, sendo 364.451.252 ações ordinárias e 338.353.750 ações preferenciais.

Em 30 de setembro de 2019 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 702.805.002 ações nominativas, sendo 364.451.252 ordinárias e 338.353.750 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 30 de outubro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria do aumento de capital em R\$1.954 mediante a emissão de 1.585.688 novas ações preferenciais e 792.844 ações ordinárias para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos II, Planos III e Planos IV não se aplicando o direito de preferência dos atuais acionistas para subscrição de novas ações, conforme previsto no §3º do art. 171 da Lei 6.404/1976.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Lucros.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Banco Inter adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

As destinações dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido	78.880	67.742
Reserva Legal	(3.944)	(3.387)
JSCP pagos e/ou dividendos provisionados	(51.250)	(36.670)
Reserva estatutária	(23.686)	(27.685)

Em 20 de dezembro de 2019 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta da Diretoria para a declaração e o pagamento de JSCP no valor bruto de R\$ 12.813.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor provisionado	Valor por ação	Valor provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no período	38.439	0,05	36.670	0,36
Dividendos provisionados	-	-	9.167	0,09
Imposto Juros sobre capital próprio à pagar	(1.451)	(0,00)	(1.134)	(0,01)
Juros sobre capital próprio líquido à pagar	11.362	0,02	8.033	0,08

e. Ações em tesouraria

Em 22 de março de 2019, a Administração do Banco optou por alienar 11.000 ações em tesouraria. Em 15 de abril de 2019 foram entregues 109.100 ações preferenciais que estavam mantidas em tesouraria para fazer frente às opções de compra de ações exercidas pelos beneficiários dos Planos.

Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possui ações em tesouraria. O saldo dessas ações em 31 de dezembro de 2018 era de R\$432.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$1.462 (2018: R\$ 3.582). Deste total, o montante de R\$107 (2018: R\$ 83) corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 4.937 refere-se ao ágio pago na aquisição de participação da controlada Inter Digital, transação esta realizada com os cotistas não controladores.

g. Lucro por ação

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	78.880	67.742
Número médio de ações	350.857	87.102
Lucro por ação (R\$)	0,2248	0,7500
Lucro por ação diluído (R\$)	0,2238	0,7400

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	81.569	67.742
Número médio de ações	350.857	87.102
Lucro por ação (R\$)	0,2325	0,7500
Lucro por ação diluído (R\$)	0,2315	0,7400

20 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que se referem a ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Inter é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis, trabalhistas e fiscais no valor de R\$18.515 (2018: R\$19.085), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16 (c). Vide movimentação dos saldos no item “b.1”.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.935	9.953	853	13.741
Constituições/atualizações	2.696	13.079	62	15.837
Pagamentos/reversões	(1.686)	(8.807)	-	(10.493)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.945	14.225	915	19.085
Saldo em 30 de junho de 2019	4.112	13.518	930	18.560
Constituições/atualizações	495	5.648	27	6.170
Pagamentos/reversões	(929)	(5.286)	-	(6.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.678	13.880	957	18.515
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.945	14.225	916	19.086
Constituições/atualizações	1.893	6.492	41	8.426
Pagamentos/reversões	(2.160)	(6.837)	-	(8.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.678	13.880	957	18.515

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$943, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados em março de 2019:

Principal, no valor de R\$10.300; multa, de R\$19.892; juros, de R\$22.939 - Total de R\$53.131

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 Cofins

- (i) O Banco Inter possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item (i) acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para março de 2019: principal no valor R\$1.255; multa R\$251; juros, R\$2.516 - Total de R\$4.022.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até março de 2019: principal, valor R\$3.496; multa, R\$699; juros R\$4.576 - Total de R\$8.771.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

COFINS: Principal, no valor de R\$10.027; juros e encargos, de R\$14.563 - Total de R\$24.590.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal, no valor de R\$11.212; multa R\$8.409; juros, de R\$13.228 - Total de R\$32.829.

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal, valor de R\$1.367; multa, R\$274, juros de R\$743 - Total de R\$2.384.

- (vii) Em 24 de janeiro de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de multa isolada de 50% sobre o valor do débito cuja compensação não foi homologada nos autos do processo administrativo nº 10680.723654/2015-41

Multa isolada, no valor de R\$688; juros R\$139 - Total de R\$827.

- (viii) Em 05 de abril de 2017, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2013, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das “receitas financeiras” na base de cálculo.

Principal, valor de R\$8.804, multa; de R\$6.603; juros R\$6.567 - Total de R\$21.974.

Em 26/03/2019, o recurso voluntário foi distribuído para a 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção de Julgamentos do CARF. Aguarda-se inclusão do recurso na pauta de julgamentos do CARF.

- (ix) Em 31 de outubro de 2018, o Banco foi autuado sobre o auto de infração lavrado para constituir crédito tributário a título de COFINS, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, sob o fundamento de que o Banco Inter, no ano-calendário de 2014, teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão em virtude da não inclusão das “receitas financeiras” na base de cálculo. Principal, valor de R\$9.309, multa, de R\$6.983; juros R\$5.320 - Total de R\$21.612

Aguarda-se o julgamento de impugnação apresentada pelo Banco.

21 Rendas de prestação de serviço

	Controlada		
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Tarifas Bancárias	13.904	23.992	4.084
Outros serviços	2.774	4.254	1.874
Taxas de gestão e estruturação	1.079	2.296	2.795
Rendas de intercâmbio	36.077	58.124	21.084
Taxas de cadastro crédito imobiliário	956	2.244	3.569
Taxas de cadastro empréstimos PJ	1.142	3.189	4.722
Outras rendas de prestação de serviço	15	17	8
Total	55.947	94.116	38.136

	Consolidado		
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Tarifas Bancárias	13.904	23.992	4.084
Outros serviços	2.807	4.305	1.874
Corretagem de seguros	9.668	18.870	17.701
Rendas de comissões e colocação de títulos	11.943	15.904	377
Rendas de corretagens e operações em bolsa	550	697	-
Administração de fundos	519	819	1.183
Taxas de gestão e estruturação	1.079	2.296	2.795
Rendas de intercâmbio	36.077	58.124	21.084
Taxas de cadastro crédito imobiliário	956	2.244	3.569
Taxas de cadastro empréstimos PJ	1.142	3.189	4.722
Outras rendas de prestação de serviço	14	17	7
Total	78.659	130.457	57.396

As rendas de tarifas bancárias referem-se, substancialmente, a tarifas e taxas de serviços de compensação e tarifas interbancárias.

22 Despesas de Pessoal

	Controladora		
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Salários	(43.282)	(75.753)	(52.135)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(6.090)	(11.766)	(9.509)
Encargos sociais e previdenciários	(15.949)	(28.635)	(18.755)
Participação nos lucros	(2.600)	(8.660)	(9.213)
Despesas de férias e 13º salário	(7.628)	(13.365)	(8.749)
Benefícios	(12.601)	(22.254)	(14.630)
Outros	(1.348)	(1.759)	(1.071)
Total	(89.498)	(162.192)	(114.062)

	Consolidado		
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Salários	(45.070)	(78.738)	(54.082)
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(6.703)	(12.820)	(10.336)
Encargos sociais e previdenciários	(16.614)	(29.793)	(19.649)
Participação nos lucros	(2.791)	(9.034)	(9.553)
Despesas de férias e 13º salário	(7.903)	(13.877)	(9.076)
Benefícios	(13.080)	(23.073)	(15.106)
Outros	(1.401)	(1.863)	(1.118)
Total	(93.562)	(169.198)	(118.920)

23 Outras despesas administrativas

Controlada			
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Prestação de serviços	(6.005)	(10.277)	(5.601)
Processamento de dados	(63.253)	(107.059)	(50.389)
Aluguel	(4.866)	(8.960)	(6.912)
Comunicação	(24.119)	(45.721)	(14.703)
Despesas bancárias	(28.788)	(47.865)	(24.885)
Serviços técnicos especializados	(9.242)	(19.570)	(16.635)
Propaganda e publicidade	(22.854)	(40.197)	(29.246)
Manutenção e conservação de ber	(2.375)	(3.993)	(4.138)
Despesas cartoriais e judiciais	(1.365)	(2.414)	(1.487)
Amortização e depreciação	(8.724)	(13.838)	-
Outros	(7.444)	(13.295)	(9.355)
Total	(179.035)	(313.189)	(163.351)

Consolidado			
	2º Semestre 2019	31/12/2019	31/12/2018
Prestação de serviços	(6.113)	(10.519)	(5.835)
Processamento de dados	(64.528)	(109.201)	(50.897)
Aluguel	(4.960)	(9.095)	(7.020)
Comunicação	(24.196)	(45.892)	(14.760)
Despesas bancárias	(32.371)	(52.371)	(25.057)
Serviços técnicos especializados	(9.539)	(20.035)	(16.858)
Propaganda e publicidade	(22.867)	(40.267)	(29.317)
Manutenção e conservação de ber	(2.397)	(4.033)	(4.185)
Despesas cartoriais e judiciais	(1.371)	(2.424)	(1.490)
Amortização e depreciação	(8.839)	(14.049)	-
Outros	(8.544)	(14.644)	(9.675)
Total	(185.725)	(322.530)	(165.094)

24 Outras receitas operacionais

Controladora			
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas	2.599	3.976	6.222
Tarifas de avaliações	3.050	6.182	3.867
Receita de portabilidade	1.204	1.408	1.743
Rendas de títulos e créditos a receber	564	1.342	3.043
Receitas de performance	18.179	24.571	22.395
Outras rendas	4.427	14.825	1.377
Total	30.023	52.304	38.647

Consolidado			
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas	2.599	3.976	6.223
Tarifas de avaliações	3.051	6.182	3.867
Receita de portabilidade	1.204	1.407	1.743
Rendas de títulos e créditos a receber	564	1.342	3.043
Receitas de performance	18.178	24.571	22.395
Outras rendas	8.791	19.431	1.559
Total	34.387	56.909	38.830

25 Outras despesas operacionais

	Controladora		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Amortização e depreciação	-	-	(2.592)
Descontos concedidos	(3.093)	(7.932)	(3.161)
Despesas com portabilidade	(861)	(1.700)	(834)
Despesa tarifa de saque cartão	(12.534)	(25.551)	(11.305)
Despesas com cartões	(1.753)	(2.255)	(2.352)
Despesas com câmbio	(1.617)	(4.597)	(2.277)
Chargeback cartão	(2.741)	(3.965)	(617)
Remuneração vendas de imóveis a repassar	(1.328)	(1.956)	-
Reembolso/devolução de valores	(7.016)	(15.624)	(1.730)
Outras	(2.283)	(5.108)	(4.078)
Total	(33.226)	(68.688)	(28.946)

	Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Amortização e depreciação	-	-	(2.601)
Descontos concedidos	(3.093)	(7.932)	(3.161)
Despesas com portabilidade	(861)	(1.700)	(834)
Despesa tarifa de saque cartão	(12.534)	(25.551)	(11.305)
Despesas com cartões	(1.753)	(2.255)	(2.352)
Despesas com câmbio	(1.618)	(4.597)	(2.276)
Chargeback cartão	(2.742)	(3.965)	(617)
Remuneração vendas de imóveis a repassar	(1.329)	(1.956)	-
Reembolso/devolução de valores	(7.016)	(15.623)	-
Outras	(2.475)	(5.311)	(6.054)
Total	(33.421)	(68.890)	(29.200)

26 Resultado não operacional

	Controlada		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	224	(413)	(3.184)
Outros ganhos (perdas) de capital	-	40.328	6
Provisão para contingências	(5.086)	(8.414)	(15.010)
Outras despesas	51	310	205
Total	(4.811)	31.811	(17.983)

	Consolidado		
	2º Semestre de 2019	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos (Perdas) na alienação de valores e bens	224	(413)	(3.184)
Outros ganhos (perdas) de capital (a)	-	40.328	6
Provisão para contingências	(5.086)	(8.414)	(15.010)
Outras despesas	51	274	205
Total	(4.811)	31.775	(17.983)

- (a) A operação de venda pelo Banco de quotas de emissão de sua controlada Inter Digital Corretora e Consultoria em Seguros Ltda. ("Interseguros") para a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. ("Wiz") gerou ganho de capital de, aproximadamente, R\$ 40 milhões.

27 Pagamento baseado em ações

Ao longo dos anos, foram realizados no Banco e suas controladas planos de outorga de opções de compra de ações ao pessoal chave da Administração.

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual foram outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Banco Inter, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Inter, com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Banco Inter, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas, uma comunhão de interesses.

Dos planos atualmente vigentes, o primeiro iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que se iniciou em 2012, e foi concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de, aproximadamente, R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão nos anos de 2020 e 2021, respectivamente, os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir 3.440.520 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$3,69.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de cinco anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016, foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrou em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 3.384.000 ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco tranches, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$4,62, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

Em 6 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Inter S.A. o Plano IV de Aquisição de Opções de Ações. Estas opções poderão ser exercidas dentro do período de 3 (três) anos, contados dos respectivos períodos de carência, e após o que serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O preço de exercício das opções outorgadas nos planos é equivalente ao valor patrimonial por ação no fechamento do ano anterior à outorga.

As regras para exercício e extinção das opções fazem parte do regulamento do plano e estão arquivadas na sede do Banco e suas controladas.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 19, no primeiro trimestre de 2018 foi aprovado o desdobramento das ações na razão de 6 ações a cada 1. As informações correspondentes abaixo demonstradas foram mantidas sem desdobramento, para fins de comparabilidade.

As principais características dos Planos estão descritas abaixo:

Plano	Aprovação	Opções	Vesting	Preço Médio de Exercício	Participantes	Prazo Final de Exercício
-------	-----------	--------	---------	--------------------------	---------------	--------------------------

2	24/02/2012	1.699.470	Até 5 anos	R\$2,63	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2019 31/12/2020 31/12/2021
3	30/09/2016	588.000	Até 5 anos	R\$4,62	Diretores, gestores e colaboradores chave	31/12/2023
4	15/02/2018	1.675.488	Até 5 anos	R\$5,42	Diretores, gestores e colaboradores chave	15/02/2025

As movimentações das opções de cada plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e informações complementares são demonstradas abaixo:

Movimentações 31/12/2019 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	12	240.288	-	15.480	200.861	23.947
3	18	540.900	-	7.600	42.200	491.100
4	25	1.641.248	50.000	21.600	410.355	1.259.293
Total		2.422.436	-	44.680	653.416	1.774.340
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,61	4,92	R\$ 4,34	R\$ 4,68	R\$ 5,21

Movimentações 31/12/2018 (Ações)						
Plano	Qtd Colaboradores	Saldo Inicial	Concedidas	Prescritas/ Canceladas	Exercidas	Saldo Final
2	12	979.728	-	124.278	615.162	240.288
3	18	588.000	-	24.000	23.100	540.900
4	25	1.675.488	50.000	-	84.240	1.641.248
Total		3.243.216	50.000	148.278	722.502	2.422.436
Preço Médio Pond. das Ações		R\$ 4,75	-	R\$ 3,91	R\$ 0,42	R\$ 4,90

Outras Informações

Plano	Núm. de Ações Exercíveis	Custo do Prêmio no Exercício	Custo de Prêmio a Ser Reconhecido	Período Remanescente e do Custo de Remuneração (em anos)	Vida Contratual Remanescente (em anos)
2	23.947	-	-	-	1
3	491.100	103	96	1	4
4	1.259.293	-	-	3	5

O impacto estimado é referente ao valor dos prêmios das opções outorgadas aos colaboradores nas demonstrações financeiras com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram

estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa				
	2 (2012)	2(2013)	2(2014)	3(2016)	4(2018)
Preço de Exercício	1	3,69	3,69	4,62	5,42
Taxa Livre de Risco	10,19%	11,05%	11,15%	11,68%	9,97%
Duração do Exercício (anos)	7	7	7	7	7
Volatilidade Anualizada Esperada	35,06%	35,06%	35,06%	60,33%	64,28%
Valor Justo da Opção na Data de Outorga/Ação	1,83	0,88	0,99	1,13	0,32

O custo de prêmio referente ao programa nº 4 será de responsabilidade dos participantes, não sendo reconhecido nenhum custo por parte do Banco.

28 Gestão de Riscos

No Banco Inter, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do Banco e suas controladas e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus stakeholders.

O Banco Inter possui, ainda, a Comissão de Auditoria e comitês para gestão dos diversos riscos a que está exposto, que são formados por integrantes da Alta Direção do Banco e suas controladas, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Banco estão disponíveis no sítio eletrônico www.bancointer.com.br, na seção Gestão de Riscos

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Banco Inter, essa gestão é também avaliada periodicamente pelo Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, que, além de outras funções, também tem o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº CMN nº 4.557/2017.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Banco Inter, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

b.1 Análise de sensibilidade

O Banco avalia o comportamento da carteira em cenários de estresse por meio de choques nos indexadores. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo a seguir contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Fator de risco		IGPM	IPCA	TAXA PRÉ	CARTEIRA TOTAL
		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
MtM em normalidade (R\$)		1.383.352			
<i>Choques por bases points</i>					
-50 bps	CENÁRIO 3	3.205.702	3.235.145	3.212.587	3.260.643
-25 bps	CENÁRIO 2	3.201.001	3.215.525	3.204.434	3.228.170
-1 bps	CENÁRIO 1	3.196.578	3.197.151	3.196.714	3.197.653
+1 bps	CENÁRIO 1	3.196.212	3.195.640	3.196.076	3.195.138
+25 bps	CENÁRIO 2	3.191.866	3.177.740	3.188.468	3.165.283
+50 bps	CENÁRIO 3	3.187.409	3.159.544	3.180.650	3.134.813

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

CENÁRIO 1 - situação possível tendo por base as variáveis de mercado como curvas IGPM, IPCA e PRÉ impactadas, respectivamente, por choques paralelos, com base na variação das curvas de mercado para a respectiva data base com o período de 1 ano.

CENÁRIO 2 - situação de deterioração e de elevação de 25 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

CENÁRIO 3 - situação de deterioração e de elevação de 50 base points nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos nas curvas IGPM, IPCA e PRÉ para a data-base.

Adicionalmente, afim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o Patrimônio de referência (PR), executamos testes de sensibilidade, em que avaliamos:

Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para vinte e um dias.

FATOR DE RISCO	PERCENTIL			
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)	1 - 5 ano(s)	99 - 5 ano(s)
Euro	- 701.104,96	299.795,61	- 3.049.125,68	587.211,51
Número índice IGP-M	- 19.140.400,02	- 683.435,33	- 75.526.945,18	- 4.475.932,86
Cupom de IGP-M	9.088.278,68	- 14.729.937,56	7.125.787,92	- 48.766.438,23
Número índice IPCA	- 34.510.288,93	- 1.009.950,57	- 223.303.163,18	- 5.267.474,00
Cupom de IPCA	24.633.864,48	- 106.379.555,65	11.724.170,87	- 261.091.684,25
PRÉ	14.014.916,57	- 64.698.067,06	10.494.959,35	- 244.155.898,82
Ações (Ibovespa)	- 759.214,18	28,00	- 2.211.426,85	- 154.862,96
Cupom de TR	- 12.645.628,06	31.885.664,66	- 9.127.577,70	92.153.259,19
USD	- 1.060.911,94	581.329,76	- 4.112.149,43	467.681,88
Dólar Australiano	- 4.234.127,53	- 3.434.724,72	- 5.632.115,53	- 3.103.003,80
Dólar Canadense	- 459.686,99	135.006,91	- 1.334.491,38	113.226,95

Data base: 31/12/2019

Fonte: Sistema Basileia e Mercado – Auto Stress Proprietário

Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo, apresentamos apenas os fatores de risco onde para os quais foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

FATOR DE RISCO	VARIAÇÃO % DO PATRIMÔNIO		
	-5%	-10%	-20%
Cupom de IGP-M	12,58%	56,60%	0,00%
Cupom de IPCA	1,59%	3,39%	8,47%
PRÉ	3,65%	8,22%	21,58%
Cupom de TR	-2,47%	-3,93%	-5,65%

Data base: 31/12/2019

Fonte: Sistema Basileia e Mercado – Auto Stress Proprietário

c. **Gestão de riscos operacionais**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco Inter trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Banco Inter adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no Art. 1º da Circular Bacen nº 3.640/2013.

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Banco.

O Banco Inter realiza a gestão do risco de crédito com apoio dos demais comitês de riscos, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, seja no monitoramento, seja na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de riscos julgue prováveis.

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.678/2013, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço: <http://ri.bancointer.com.br>.

e. Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco Inter atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até dez dias úteis, em estrita consonância com a Resolução CMN nº 4.433/2015.

f. Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

A Resolução CMN nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015, a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADO) 4060, e apuração dos números do Banco através deste documento.

O Banco Inter S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de

adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para consolidação e verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial formado pelo Banco Inter e pela Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

DLO - Documento de Limites Operacionais

Índice de Basileia

Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao RWA

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência (PR)	2.123.127	922.575
Patrimônio de Referência Nível I	2.123.127	922.575
Capital Principal - CP	2.123.127	922.575
Ativos Ponderados por Risco - RWA	5.388.262	3.090.253
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	4.102.332	2.516.860
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	565.751	64.717
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	720.179	508.676
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	242.472	139.061
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	323.296	185.415
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	431.061	308.980
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	1.880.656	783.514
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	1.799.832	737.160
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	39,40%	29,85%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	39,40%	29,85%
Índice de Basileia (PR/RWA)	39,40%	29,85%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução CMN nº 4.327/2014 apregoa, para o Banco Inter responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

29 Outras informações

- Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$5.318 (2018: R\$377).
- Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Inter Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$1.232.216 (2018: R\$122.626).

- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

30 Eventos subsequentes

Em 20 de Janeiro de 2020, foi concedida a autorização pelo Banco central do Brasil para a aquisição pelo Banco de 70% (setenta por cento) do capital social da sociedade de participações Matriz Participações S.A., (“Holding”), controladora da sociedade DLM Invista Gestão de Recursos Ltda (“DLM”).

Foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 23 de Dezembro de 2019, a eleição da Sra. Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza como membro do Conselho de Administração, substituindo o Sr. João Vitor Menin Teixeira de Souza. Tal ato foi aprovado em 29 de janeiro de 2020 pelo Banco Central do Brasil.

* * *

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Leonardo Guimarães Corrêa – Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro Independente

Luiz Antônio Nogueira de França - Conselheiro Independente

André Guilherme Cazzaniga Maciel - Conselheiro Independente

Presidência

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Vice-Presidência

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Ana Luiza Vieira Franco Forattini

Guilherme Ximenes de Almeida

Helena Lopes Caldeira

Lucas de Souza Bernades

Priscila Salles Vianna de Paula

Ricardo Fonseca Couto

Ray Tarick Pereira Chalub

Rogério Toledo Goulart

Sebastião Luiz da Silva

Contador Responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3

BANCO INTER S.A.
CNPJ/ME: 00.416.968/0001-01 / NIRE: 31300010864
(COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2019

O Conselho Fiscal do Banco Inter S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrito no CNPJ/ME sob nº 00.416.968/0001-01, com sede na Av. Barbacena, nº 1.219, Bairro Santo Agostinho, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 30.190-131, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, de acordo com o previsto no Art. 163 da Lei nº 6.404/76 e suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2020, o Conselho Fiscal, de forma unânime, opina que os referidos documentos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inter S.A. em 31 de dezembro de 2019 e estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2020.



Thiago da Costa e Silva Lott
Conselheiro



Paulino Ferreira Leite
Conselheiro



Fernando Henrique da Fonseca
Conselheiro